

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Reunião da Assembleia Intermunicipal

17 de Dezembro de 2008

Acta nº2

Na sede da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente Álvaro Oliveira Gomes e pelo Secretário José António Nogueira Souto Amaro Pereira, e com a presença dos seguintes membros: -----

Paulo Manuel Matos Soares, António Manuel Fernandes Martins, Carlos Alberto Baptista Guerra, Manuel Antunes de Almeida, Fernando Alberto Esteves Nogueira da Silva, Carlos Manuel de Melo Mortágua, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca, Acácio da Conceição Maças, José Veloso Bernardino Gonçalves, José Carlos Ventura de Almeida Coelho, Carlos Alberto de Almeida Gonçalves, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel José Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, Carlos Manuel Natavidade Costa Candal, José da Cruz Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Duarte Drummond Esmeraldo, José Alberto Ramos Loureiro, Mário Júlio Carlos Ramos, Jorge Tadeu Correia Franco Morgado, Humberto Rocha, António José Flor Agostinho, José Manuel Andrade Simões, Augusto Carlos dos Santos Leite, José Alcides Ramos Pereira, Henrique Santiago Tomás, Vítor Manuel Bastos de Oliveira, Jorge Diogo Cardoso Mendonça, Gilberto Martins da Rosa, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, José Luís da Silva e Almeida, Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, Severo Mendes Pereira, Maria Elisabete Martins Henriques, Mário Batista Tarenta, Silvério Rodrigues Regalado, Luísa Maria Ribeiro Costa e Manuel Marcelino Santos Manangão. -----

Verificou-se a ausência dos seguintes membros: José Carlos Raposa Marques Vidal, Raul Ventura Martins, Arlindo José Silva Cunha, Vítor Joaquim Pinto da Fonseca Ramos, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, José Augusto da Luz Matos, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, Jorge Domingues Carneiro. -----

Com ausência justificada: José de Figueiredo Lino, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira, Domingos Manuel Marques Silva e António Manuel Silva Costa. -----

O Presidente da Assembleia, Rogério de São Bento Camões, agradeceu a presença de todos e deu início à reunião. -----

1. Apreciação e votação da Acta nº. 1, de 20/Nov/2008: -----
Carlos Candal: -----

“Sr. Presidente ilustres colegas, bem isto é uma Assembleia e vamos começar a trabalhar e a funcionar e a discutir coisas. Por exemplo, sou contrário a que se tratem as pessoas com títulos académicos, somos todos o Sr. Manuel, o Sr. Francisco, o Sr. José. Se tiver funções o Presidente da Entidade, aí sim, há engenheiros, mestres, doutores, outros são analfabetos graças a deus. Aqui não há, mas podia haver e não é



Pág. 1

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

desdouro, é circunstância, portanto fica o Sr.. Não sei o que é que pensam, ocasionalmente lá sai doutor ou engenheiro, é normal. -----

Este problema colocou-se ultimamente, ou modernamente e democraticamente na Assembleia Constituinte e ficou estabelecido que as pessoas eram tratadas estritamente pelo nome e às vezes havia um ou outro que era tratado por General Galvão de Melo, era assim que se chamava, penso eu, que deus o haja, mas a regra é essa e transitou para a Assembleia da República não haver títulos académicos a antecipar o nome. -----

Sobre a acta, no penúltimo parágrafo do ponto três, onde se fala da história do Regimento, houve uma intervenção, que está aqui dito que "...não fazia sentido fazer um Regimento, uma vez que eram todos conhecedores do funcionamento das Assembleias Municipais e neste caso da Assembleia Intermunicipal, mas que era esta a sua opinião apenas e muito bem, é uma opinião legítima se calhar ótima, mas depois não havendo mais intervenções, ficou decidido esta Assembleia Intermunicipal não necessitar desse documento. Não vou propor que se emende, fica assim, nunca mais ninguém vai ler esta acta, provavelmente, mas não ficou nada decidido, ficou apassivado, as pessoas calaram-se, éramos todos estreates, estava tudo tímido, ninguém queria falar, eu já tive de tomar balanço para falar, embora fale com facilidade, dizem até que demais, não ficou nada decidido, ficou consentido que a Assembleia não tivesse por enquanto Regimento. Bem, e a propósito disto pergunto eu, com a experiência que todos temos de Assembleias de vários graus e várias funções, desde as Assembleias de Freguesia até às outras maiores, quando é que se põem problemas de haver ou não haver Regimento desde que não seja um ponto agendado, e não se justifica que seja um ponto agendado, em suma, não deveria haver um ponto antes da Ordem do Dia, de quanto tempo, sim ou não, e para isso é preciso haver o tal Regimento. Ou não? Se calhar é, ou não é? Por exemplo eu agora não sei se devo abordar este problema da necessidade ou desnecessidade do Regimento, não sei, se calhar não, aqui tenho este pretexto, aliás é fácil, quem quer intervir, arranja facilmente pretexto para intervir, mas não é essa opção. A verdade é que estou a falar nisto e não sei se aborde já o assunto ou se será daqui a bocado, antes da Ordem do Dia. Já estamos na Ordem do Dia, é que esta coisa da aprovação da acta da sessão anterior não deve ser um ponto da Ordem do Dia, é uma formalidade burocrática, também não se agenda na Ordem do Dia a leitura da correspondência, mas se houver, deve ser lida. Em suma, gostaria de falar sobre isso do Regimento e já agora vou andando que é para acabar, para não maçar mais, eu acho que deve haver um Regimento, nem que tenha só três artigos, é das regras parlamentares que as Assembleias se auto-regulam, e podem-se auto-regular, decidindo que não tenham Regimento, ou decidindo que o Regimento é uma praxis oral que se vai consolidando ou decidido outra coisa qualquer, tem que se auto-regular. -----

Eu acho que a auto-regulação desta Assembleia, deve passar pela elaboração de um breve Regimento, e mais, eu acho que a mesa, o Exmo. Sr. Presidente, Srs. Sucintos Secretários, devem ter o brio de na próxima reunião apresentar um projecto de Regimento, mínimo, três artigos. E para que não se diga como o outro, que ia às reuniões e levava a mala das ideias que é para os outros executarem, aquela história



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

da tradição da resistência aveirense, quando havia as reuniões no Zé Bissa, a Comissão Executiva eram cinco tipos de Aveiro, um dos quais era eu, e vinham pessoas de todo o país, e vinham os intelectuais que chegavam e debitavam uns palpites, uns projectos, umas regras, toda a gente batia muitas palmas e fica aprovado e depois no fim dizia, bem e agora a Comissão Executiva ou o Secretariado, faz isso, depois iam-se embora para Lisboa, para o Porto, para Santarém, bem e nós, daí que tenhamos estabelecido uma regra que passou a valer, quem tem as ideias é que se lixa, portanto um tipo intelectual vinha propor isto e mais aquilo e um tal, não sei quantos, bem estava cá a Comissão para fazer isso, e portanto eu também estou nessa Comissão, agora, se calhar estou na Comissão de redacção final, que é a mais fácil. Os Senhores elaboram isso, e depois eu vou à última reunião e ponho umas vírgulas. -

Por exemplo, ando a ver já há uns tempos, desde que fui promovido ao Parlamentarismo máximo onde andei algum tempo, o Parlamento Europeu, ando a ver se trago para cá, essa regra que funciona no Parlamento Europeu, porque todos nós somos parlamentares e sabemos como isto funciona. Cada Assembleia tem as suas regras, a sua praxis a sua tradição e é por isso que a Assembleia Municipal de Vagos com oito pontos de agenda, começa às oito e acaba às onze e a de Aveiro com três pontos de agenda, começa num dia, depois passa para o outro e para outro e para outro. É assim, e depois é preciso vir a ditadora da Regina Bastos e dizer que não há mais sessão. Portanto, não há regras universais e para acabar, no Parlamento Europeu quando há uma candidatura a uma vaga, ou duas candidaturas a duas vagas, ou três candidaturas a três vagas, não há votação, os candidatos estão eleitos, para evitar aquela coisa caricata do outro dia para eleger a mesa, temos de ir todos ali ao passeio dos tristes, votar. Só há uma candidatura, está automaticamente eleita, bem e então como é isso, tem de estar escrito, nalgum sítio, não ou se estabelece essa praxis ou então tem de estar nalgum sítio, nomeadamente no Regimento. -----

Não sei se justifica, ou não. As pessoas gostam desta praxis. Nós não votámos durante muitos anos, meio século, agora gostamos de votar, mas é uma coisa caricata, não sei quantos somos todos em bicha para ali, para votar. -----

E já agora para acabar, não maço mais, queria pedir ao Sr. Presidente da Mesa ou então ao ilustre Presidente do Executivo, o Sr. Secretário-Geral. Eu gosto à maneira francesa. Em França na política, alguém que atinge um posto, ou um determinado posto e depois perde a patente e baixa de categoria, nunca deixa de ter a qualificação. Quem for Ministro, quem tiver sido Ministro, fica Ministro toda a vida, mesmo que já não seja. Quem foi Presidente da República é Presidente toda a vida, mesmo que tenha deixado de ser. Portanto o Eng. Ribau Esteves, nosso Secretário-Geral, pode ou ele ou o Presidente da Mesa, podem encarregar-se de mandar, depois não sei qual é o staff que esta Assembleia tem, o pessoal de apoio deve ser mais ou menos consoante o que esta Assembleia vier a ser ou quiser vir a ser. Bem, uma Assembleia que vai reunir uma vez por ano, não precisa de apoio nenhum, eu trago o funcionário do meu escritório, o colega traz a prima e organizamos isto, agora se esta Assembleia for para funcionar com algum interesse e alguma piada, e são os membros dos órgãos que fabricam os órgãos. É assim, evidente que esta Assembleia terá sempre as suas limitações naturais, mas pode ser mais ou menos isto ou aquilo. -----



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Eu queria pedir em suma, que me fosse fornecida uma relação dos membros da Assembleia, uma relação pura e simplesmente. O nome, não é preciso o estado civil, nem os rendimentos, isso eu depois averiguo. E queria já agora um exemplar, uma cópia dos Estatutos da Região, está publicado no Diário da República numa segunda série qualquer, mas se nos era fornecido. E mais não digo. Obrigado Sr. Presidente.”-

Presidente da Assembleia:

“Agradeceu a intervenção e disse que a Mesa entendeu que teria sido aceite a sugestão, a ideia, a opinião do Sr. Antunes de Almeida, tanto mais que esta Assembleia tem um limite temporal muito curto. Não sei quantas mais Assembleias vamos fazer, mas provavelmente só mais uma e essa seria para aprovar um Regimento que já depois não era preciso, se não houvesse mais nenhuma Assembleia. Portanto este problema irá ser colocado a Assembleia daqui a pouco, entretanto passaria a palavra aos inscritos para intervirem.”

Humberto Rocha:

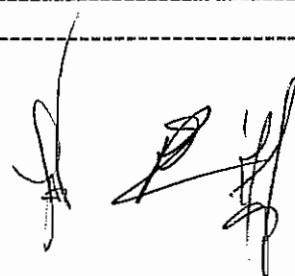
“Interveio, dizendo que não tinha o documento do ponto quatro, para deliberar da adesão da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro à Sociedade Polis de Aveiro. Disse ter um pequeno nada que não tem grande importância, na linha doze da primeira página da acta, deverá ficar bem vincado que é o “...autarca eleito mais antigo das Assembleias Municipais ...”, e agradeceu.”

José Alberto:

“Interveio dizendo que de acordo com a lei é obrigatório mencionar nas actas os nomes dos presentes e dos ausentes. É de lei e que fique em acta, para que daqui a vinte, trinta anos, ou dez ou cinco, estejam mencionadas as pessoas que estiveram aqui e as que não estiveram. Está na lei.”

Na sequência da intervenção do Sr. Carlos Candal, interrogou qual o tempo que tem por exemplo para usar da palavra. Imaginemos que eu intervenho e estou no uso da palavra durante quatro horas. Não havendo Regimento, quem é que lhe tira voz? Colocando-se também a pergunta ao Sr. Presidente da Cira, que tempo é que ele pode usar da palavra, porque todos nós estamos habituados às nossas Assembleias Municipais, mas todas elas têm Regimentos, que são diferentes uns dos outros e estamos aqui, na minha opinião sem nada que defina o tempo que cada um poderá usar da palavra?

Outra questão que colocou foi, a página três da acta. O Sr. Presidente da CIRA afirma o seguinte: “em termos de FEDER, é de cerca de sessenta milhões de euros, e que será apresentado em pormenor quando discutirmos as Grandes Opções do Plano para 2009”, como não lhe chegou às mãos qualquer documento, relativo a esta questão, agradecia que me informassem, qual a situação se há documento, se não há documento, se é só dito pelo Sr. Presidente.”



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Antunes de Almeida: -----

“Sr. Presidente da Mesa, caros companheiros desta Assembleia. Eu dirigia-me ao Dr. Carlos Candal, dizendo o seguinte. A acta não reproduz exactamente aquilo que disse sobre o Regimento, se é verdade que eu disse que todos tínhamos a praxis das nossas Assembleia Municipais, também disse e foi esse o motivo que me levou a opinar sobre esta matéria, é de que aquilo o que o Sr. Presidente da Mesa acabou de dizer à pouco, que o período de vigência deste órgão com esta componente humana era demasiado curta, uma vez que para o ano haverá eleições e com certeza serão outros representantes aqui e esse era o motivo fundamental porque opinávamos de que não era muito urgente fazer-se um Regimento. Mas nada tenho a opor se for um Regimento tão simplificado quanto o Dr. Candal referiu, e que efectivamente coloque aqui ou acolá as questões e os artigos que se acharem necessários e que se coloquem alguns dos aspectos já referidos ao bom funcionamento desta Assembleia Intermunicipal e não forcei a nota no sentido de que isso não acontecesse.”-----

Presidente da Assembleia: -----

“Agradeceu as intervenções, passando a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, para dar esclarecimentos a algumas questões que foram aqui levantadas.”-----

Presidente do Conselho Executivo: -----

“Evidencia três ou quatro questões: -----

A primeira, dizer que entendo que a mais alta patente que o meu curriculum tem, é exactamente ser Presidente de Câmara e ser Presidente desta Comunidade Intermunicipal. Portanto se é essa a referência, tratem-me por Presidente, porque é essa de facto na minha nota de avaliação, o meu registo curricular de mais alta patente. -----

Enfim se olhássemos então para o curriculum do Dr. Carlos Candal, íamos-lhe chamar o quê? Com tanta excelência no seu curriculum íamos-lhe chamar o quê? Enfim activista das velhas lutas democráticas, membro da Assembleia Municipal, Deputado do Parlamento, enfim, teríamos aqui um grande problema, e eu que além do mais não gosto do sistema francês, em nada, acho que é um sistema completamente ultrapassado, obsoleto. Problema nosso o português, porque o copiámos em certa altura, portanto dou-me muito bem com isso e deixo os franceses com as suas manias, nós ficamos com as nossas. A única referência que eu gosto de manter em Portugal, usa-se muito nos Estados Unidos também, é em relação ao mais alto magistrado da nação. Esse para mim é sempre presidente, e ainda agora estive com o Presidente Sampaio numa conferência e eu tratei-o por Presidente, porque de facto é uma referência diferente. Agora um Secretário-Geral de um partido, enfim, tem a importância política dentro do partido, fora do partido muito pouca, na ambiência municipal e intermunicipal nenhuma e portanto aqui de facto o meu registo de patente é este e portanto seguindo a escola francesa, tratem-me por Presidente. Mas enfim sem jeito de graça política, e para animar a festa, também se de vez em quando quiserem referenciar essa minha nota curricular, contente da minha vida, não tenho em relação a isso qualquer complexo, nem em relação a essa nota curricular, nem em



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

relação a qualquer uma das outras. É a vida como diria o António que o pântano levou. É a vida! -----

A segunda nota, vou-me meter onde não sou chamado, mas enfim, estamos na nossa primeira Assembleia digamos para trabalhar, a outra foi para tomar posse e o jeito, mas gostava de apelar à sensibilidade de todos para o seguinte. Na nossa cultura associativa, o órgão deliberativo foi um órgão composto por executivos e portanto nós temos uma aprendizagem para fazer, que é esta aprendizagem de termos uma assembleia digamos normal, em que os membros da assembleia são membros das assembleias municipais. A nossa grande área metropolitana, que obviamente foi aquela entidade que todos conhecemos bem e que no fundo nunca se activou em pleno, já tinha este formato, mas teve a vida que teve, muito pouco relevante naquilo que foi a sua dimensão de vida completa, muito relevante a outros níveis nomeadamente nos seus actos preparatórios para criar esta Comunidade Intermunicipal. Mas a nossa AMRia com vinte anos, a sua assembleia era composta por Presidentes de Câmara e por Vereadores e portanto a nossa cultura de assembleia, eu que fui membro de várias delas, era uma cultura de executivos. Problemas de actas ninguém queria saber. De regimentos, muito menos. De formalidade de tempo de falar ou não, a gente queria era objectividade, discutir o que há para discutir, decidir e irmos embora. -----

Portanto, como Presidente do Executivo e dos serviços da casa, peço a ajuda de todos para que possamos aprender bem esta nova vivência associativa, que é termos uma assembleia de plena condição. Isso é bom, é óptimo, mas temos uma aprendizagem para fazer todos, objectivamente, com um problema temporal. Este mandato é muito curto. Este nosso mandato é objectivamente muito curto, dizer-mos que tem um ano, mas nem isso é verdade como sabemos, enfim, seguramente será menos de um ano, andaré algures sobre Outubro, e portanto a Comunidade Intermunicipal, terá condição tranquila de enfim, Novembro, Dezembro, estar a fazer as suas eleições e seguir em frente e como sabem é normal, é prática, não é formalidade também, embora a Lei refere-o, muita gente não lhe liga, de que no início dos mandatos se tratem das matérias regimentais. Portanto, façamos aquilo que muito bem entendermos, nomeadamente a Assembleia, repito o que disse no princípio, estou-me a meter neste caso onde não sou chamado, mas só lembrar a cultura associativa que tem, no nosso caso é longa, a maior parte das regiões do país não têm cultura associativa tão antiga como nós, e nós temos este pequeno defeito, é que as nossas Assembleias, nomeadamente a da AMRia, que é a mais importante de todas, é composta ainda hoje, porque ela está na sua fase final de vida, por executivos e portanto a abordagem, a vivência, é completamente diferente de uma Assembleia como esta, que é formada por deliberativos. -----

Isto tem a ver também com a outra questão colocada pelo Dr. Humberto Rocha, nomeadamente do documento quatro, de adesão à POLIS. Eventualmente erramos, assumindo esse erro, discordando que o seja por questões de objectividade e prática, estes membros desta assembleia todos eles, analisaram o dossiê Polis da Ria de Aveiro. Têm um CD ou em papel, cada Assembleia fez aquilo que bem entendeu, e está lá tudo, e o que estamos a fazer é a repetir uma deliberação para tudo ficar completo com as deliberações de cada órgão executivo e deliberativo dos municípios,

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

e agora para formalidade completa, teve que o fazer o Conselho Executivo e a Assembleia Intermunicipal. Portanto a lógica foi esta, toda a gente tem o dossiê, não há nada para discutir em termos substantivos, em termos políticos tudo é discutível, porque temos as discussões feitas, agora é melhor numa próxima situação repetir-se o dossiê, mas pensamos e ponderamos em fazer assim, por questões de agilidade. Foi esta objectivamente a nossa opção para gerir estas matérias. -----

Por último, tem a ver com a questão colocada pelo Sr. Alberto Loureiro, sobre o orçamento. Quisemos ser formalistas, aquilo que foi a minha referência na nossa primeira Assembleia Intermunicipal, não se cumpriu, ou melhor, cumpriu-se ontem à noite. Foi assinado o contrato com a autoridade de gestão do POCentro, em Tomar, e ainda nem sequer tenho cópia desse documento. Deram-nos uma parte, mas existe uma outra, exactamente onde constam e onde está a relação desses cinquenta e três projectos municipais e dez projectos intermunicipais, mas ainda não a temos na nossa mão. O importante está nesse documento e julgo brevemente termos condição de poder partilhar esse documento, esse contrato, esse plano de desenvolvimento regional, seja na plataforma electrónica, seja noutra via, porque o documento vai ser público, para que toda a gente tenha acesso e no fundo o que é mais importante para todos, que é a relação dos projectos, quer os municipais, quer os intermunicipais já mencionados, para que todos fiquem a conhecer o que estamos a contratualizar. -----

Amanhã, o Prof. Rosa Pires fará uma referenciação na sessão que vamos ter de apresentação pública da Comunidade Intermunicipal, porque passámos a ter esta autorização formal de falar sobre essa matéria. Eu terei o cuidado, ou na colocação no site ou enviando a todos os membros da Assembleia, as peças do contrato, especialmente as mais importantes, uma vez que o mesmo ainda tem umas duzentas e cinquenta páginas, para que toda a gente saiba, qual é o nosso ponto de partida, a partir de ontem, dia em que em nome de todos nós assinei o contrato com a autoridade de gestão do Programa Operacional.” -----

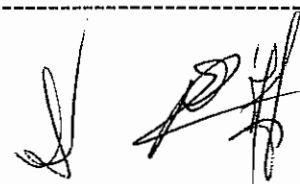
Augusto Leite: -----

”Disse que em relação ao Regimento e à intervenção do Sr. Presidente do Executivo, não sabe o que anda aqui a fazer embora seja por pouco tempo. Seja até às eleições autárquicas, não querendo dizer se continua ou não nesta função, mas gostaria de estar aqui de corpo inteiro a participar com todo o meu conhecimento, com todo o seu saber, que é pouco, mas julgo que pode ser útil. -----

Solicitou à mesa da assembleia, que lhe fornecesse o Quadro Estratégico da Operação, relacionado com o Programa Polis, que segundo o nosso Presidente do Executivo, todos nós já sabemos porque nos foi entregue nas nossas Assembleias Municipais, mas quero-vos dizer que na minha não foi, embora eu tivesse pedido que me fosse entregue.” -----

Presidente da Assembleia: -----

”Agradeceu as intervenções e colocou à votação a acta n.º 1, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções. -----



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Seguidamente, foi informada a Assembleia de um pedido do Presidente do Conselho Executivo para que se alterasse a ordem de trabalhos, passando o ponto três a ponto dois, com justificação que o orçamento elaborado, pressupõe que o ponto três já tenha a sua aprovação. -----

Questionada a Assembleia e nada a opor, foi feita a alteração.” -----

2. Fixação da contribuição (quota) de cada Município associado para o Orçamento da Comunidade Intermunicipal: -----

Presidente do Conselho Executivo: -----

”Explicou que a proposta é sumária, clara e objectiva, realçando o seguinte: --

Tomámos uma decisão política no Conselho Executivo, que o custo de funcionamento base desta associação de municípios, se sustentasse com a transferência do orçamento de estado que está referenciada no documento que a Assembleia da República aprovou, e na nossa contribuição financeira directa. Portanto estes dois valores sustentam a existência da nossa associação. -----

Entendemos que esta é uma lógica básica, para que no fundo nós não dependamos de ninguém, até porque relembro, a transferência do Orçamento de Estado é por retenção de uma pequena parte do nosso FEF. Não é exactamente uma rubrica específica que nos dá essa verba e portanto é uma decisão política de base, e considerando a referência de valor dos tais quatrocentos mil euros de custo de funcionamento desta estrutura, entendemos que era tempo de fixarmos um valor que fizesse então a cobertura desse custo. Comparando com o passado na AMRia, a quota tem a referência do meio euro por eleitor e por ano e fazendo as contas a essa relação de valor, com esta nossa decisão política de fazer a cobertura da tal sustentação da forma que referenciei, decidimos por maioria e entendemos que a proposta era correcta e assumimos esse valor, um euro por eleitor e por ano, como um compromisso referencial, embora em termos estatutários, esta decisão é anual de termos este valor referenciado para o ano de dois mil e nove, e também em termos políticos, porque em termos legais, repito, essa decisão também tem de ser retomada para o ano de dois mil e dez. É esta a nota, para deixar mais bem referenciado aquilo que o documento apresenta de forma muito clara.” -----

Duarte Esmeraldo: -----

”Disse que para estes valores tão exíguos, pensa que esta associação de municípios, nunca terá expressão que se ouça. Deveria pensar-se seriamente num reforço desta contribuição, até para aumentar a responsabilidade de todos no intermunicipalismo, porque se não o fizermos, não vamos a lado nenhum.” -----

Carlos Guerra: -----

”Interveio dizendo que em relação à quota fixada, ou seja, um euro por cada eleitor, acha que é perfeitamente aceitável. Contudo chamava a atenção do seguinte. Após somar o valor da contribuição de todos os municípios, terá que ser alterado o Orçamento, porque se somarem esta contribuição e com a verba que está inscrita no próprio orçamento, na receita de quotas, verifica-se que existe uma diferença

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

substantial”.

Antunes de Almeida:

”Interveio dizendo que sobre esta matéria tinha algumas dúvidas, não sabendo se a própria mesa ou alguém, terá resposta. Na verdade ao apontar aqui estas verbas, de acordo com a importância referente a cada um dos cidadãos votantes, parece-lhe que é necessário a aprovação das assembleias dos respectivos municípios. E se não houve ainda a aprovação pelas respectivas assembleias municipais destes montantes que aqui vêm definidos, dá-lhe a impressão que estamos a fazer um plano e orçamento, que é claramente previsional, como são todos não é, mas na verdade não temos a certeza de que as próprias assembleias municipais venham fazer a aprovação ou não desta matéria, parecendo-lhe que existe uma questão fundamental, porque amanhã em discussão nas assembleias de cada um dos municípios, poderão algumas dizer, nós não concordamos e então estamos aqui a aprovar um plano e orçamento com base em dados que não são realistas, sendo evidente que se a receita não se verificar, não haverá gastos correspondentes, mas gostaria de ver esta questão respondida por alguém que soubesse, uma vez que tenho essa dívida, porque no meu município houve de facto a aprovação de uma verba, mas que tem a ver com a POLIS, mas não claramente da transferência desta quotização.”

Presidente da Assembleia:

”Informou que o que foi aprovado nas Assembleias Municipais foi a adesão a esta Comunidade Intermunicipal, é evidente que daí se pode inferir que isso pressupunha o pagamento de qualquer quota, não sabe se é legítimo se não, mas tem dúvidas e pedia a alguém se teria alguma opinião.”

Presidente do Conselho de Executivo:

”Disse concordar plenamente com o Eng. Esmeraldo no que afirmou, salientado no entanto que a medição do investimento político de cada município na associação, está muito para além de valor da quota anual. Em termos financeiros, há a considerar um conjunto de projectos e programas que se vão desenvolver no âmbito dos fundos comunitários. A componente de financiamento nacional é entregue ao projecto directamente pelo orçamento de cada município que participa e a quota contribui para os encargos de funcionamento.”

Referiu partilhar completamente a perspectiva futura da Região de Aveiro no que concerne ao seu desenvolvimento mas que o ponto de partida de duplicar o valor da quota, já permite uma melhor condição.

O montante de receita inscrito no orçamento referente a quotas, é superior ao valor da proposta apresentada, dado haver associados com algum atraso, havendo como consequência e por imperativo legal, uma transferência de dívidas da AMRIA para a Comunidade Intermunicipal.

Respondendo ao Dr. Antunes de Almeida disse entender ser da competência estrita do Conselho Executivo e da Assembleia Intermunicipal, conforme está consagrado nos Estatutos – Competências da Assembleia Intermunicipal, alínea q),

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Art. 16º. No entanto, se eventualmente a interpretação estiver errada, corrigir-se-á.” -

Presidente da Assembleia: -----

”Interveio dizendo que é claro que aqui também, teríamos sempre a história do ovo e da galinha, porque também não faria sentido estar aprovado nas Assembleias Municipais, uma quota, que depois a Assembleia Intermunicipal não aprovasse. Portanto, se calhar, o caminho é exactamente este. A Assembleia Intermunicipal aprova esta quota e depois cada Assembleia Municipal terá que aprovar ou não. Mas como é que se processaria uma vez aprovado numa Assembleia Municipal o montante de uma quota? Chegava aqui era reprovado, tinha que voltar a Assembleia Municipal. Se calhar, assim encurtamos algum espaço. Mas repito, a minha condição de ignorante nesta matéria, entre outras.” -----

Carlos Candal: -----

”Disse que o problema que foi levantado, juridicamente é capaz de ter razão de ser, mas isto é uma Assembleia política, não é um Tribunal, portanto a primeira coisa é, se for razoável, decente, justo e equitativo andar para a frente, vamos embora e depois logo se vê, porque se esta Assembleia Intermunicipal reunisse amiudadamente ou pelo menos mais que uma vez, esta questão punha-se, senão como é que é, paramos aqui e depois deixamos isto para a próxima, que tem outra composição se calhar diferente, ou talvez não, portanto vamos para a frente. Bem mas já agora, devo dizer que isto tem a ver com a autonomia entre pais e filhos, as Assembleias Municipais, nomeiam para aqui os seus filhos, os seus muchachos, bem, mas depois nós aqui temos de ter autonomia, não podemos estar sempre a ir pedir ao papá se não sei quantos. Esta Assembleia tem competência para fixar esta quota, bem aliás eu penso que as Assembleias Municipais não têm mais nada a ver com isso, porque é mentira que as Assembleias Municipais tenham orçamento próprio, têm o orçamento próprio que a respectiva Câmara Municipal lhe consente e lhe diga que ponha, porque não tem outro, não tem receitas, e portanto em última análise, consta esta quota ou venha a constar ou não dos orçamentos das Assembleias Municipais, são as respectivas Câmara Municipais que pagam. Bem, isso é que é preocupante, se houver Câmaras que digam eu não pago é complicado, mas não vai haver, aliás não entendo como é que há Câmaras que estão em dívida, francamente, Sr. Presidente, não percebo isso, senão tem de se fazer uma lista pública de caloteiros municipais. É isso, eu sempre engalinhei com a história de haver umas pessoas ou umas instituições que são mais espertos, que são vivaços, que são mais espertos que os outros. Deve, tem de pagar, senão penso que o executivo tem legitimidade para lhes pôr uma acção de cobrança, e penhora-se a cadeira do Presidente do Município, ou da secretária do Presidente que às vezes é mais eficaz. Portanto acho que devemos ir para a frente. Ilustres colegas, há um pressuposto em que temos que aceitar, que é este. Queremos que haja uma Comunidade Intermunicipal ou não queremos, é só para fingir ou é para ser a sério. Esta é a questão. E há dinamismo e iniciativa como o Eng. Ribau Esteves parece ter, para avançar com isto e para fabricar esta Comunidade ou não há. Bem digam logo, porque se isto é só para encher pneus, para estarmos aqui a fazer de conta eu não



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

estou para estar a perder tempo com isso, eu penso que sim e é por isso que estou aqui. Não, a questão não é de sermos mais ou menos regionalistas ou anti-regionalistas ou neutros. Não é do Governo estar ou não estar a fazer uma regionalizaçõzinha da sua conveniência e seu fabrico, em detrimento das comunidades, dos pontos de vista destas, já organizadas e de vir ou não vir a beneficiar ou prejudicar estas. Só se vê, só se caminha andando, portanto vamos para a frente. Quando chegarmos á conclusão que não funciona, ou que estão a pôr areia na engrenagem, isso tem de ser denunciado em qualquer circunstância, seja quem for Governo, seja quais forem as forças de bloqueio. Nessa altura tem de ser denunciado, bem então acabamos outra vez tudo com isto e voltamos ao não sei quanto, voltamos à Constituição da República que é onde se fala da regionalização e na organização das regiões.” -----

Augusto Leite: -----

”Disse que em relação a esta ponto, à quota, julga que a origem desta discussão, se alongou a partir do momento em que o nosso Presidente Ribau Esteves aqui disse que o valor estipulado na quota que estava no orçamento era aquele total que ali estava mais uns pozinhos de quem devia o dinheiro. Agora o Carlos Candal veio um bocado na sequência também daquilo que disse há bocado e depois aqui uma questão que julgo que muito pertinente, que é, isto é só para fingir ou é a sério. Eu vou aguardar que o Eng. Ribau Esteves diga no orçamento quem é que deve e quanto é que deve.” -----

Miguel Fernandes: -----

”Disse que ouviu atentamente as intervenções anteriores dizendo que subscreve por inteiro aquilo que foi dito. Sabendo-se que estas contribuições fazem parte das receitas, portanto fonte de financiamento da CIRA, também há aqui uma questão que é importante. Parece e esquece-se que esta Assembleia tem competência para fixar anualmente estas contribuições, a fixação é um apontamento e portanto quanto a isso ninguém nos vai retirar essa legitimidade. -----

Agora outra coisa que não é de esquecer, é a competência do Conselho Executivo e o Sr. Presidente aí terá essa palavra de assegurar o cumprimento desta deliberação que aqui tomemos hoje, o que também não me passa pela cabeça pensar, e dirijo esta questão ao Sr. Presidente, ter vindo para esta Assembleia sem ter assegurado junto de cada Município, de que este valor aqui proposto, tem obviamente pernas para andar, como aqui se disse e portanto vai ser cumprido. -----

Não estou em querer, acho que estamos aqui todos em trabalho profícuo, esperemos e obviamente contribuir para que a Região de Aveiro tenha meios para cumprir as suas atribuições legais, portanto é esta a questão que eu coloco.” -----

Presidente do Conselho de Executivo: -----

”Disse que não vai estar a falar sobre as dívidas da AMRia, dado ser uma outra instituição. Obviamente que o Conselho Executivo quando tomou estas decisões, tomou-as com a anuência das Câmaras, mesmo da que foi contra.” -----

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Disse estar tranquilo em relação ao seu cumprimento. Quando há atrasos no pagamento das quotas, nomeadamente na AMRia, já que em regra há uma Câmara que sistematicamente está atrasada, há tolerância, dado a existência de dificuldades de tesouraria bem conhecidas. A convicção absoluta que expressou, é que as onze Câmaras associadas pagarão as respectivas quotas e não serão elas a origem ou a razão de ser dos problemas financeiros que a instituição possa ter, havendo solidariedade com todos, nomeadamente com as Câmaras que circunstancialmente têm dificuldades. Não há notícia de alguém não pagar à Associação por questões tipo de sancionamento político ou de qualquer outro tipo de questão, digamos, não nobre.

A experiência vivida na AMRia e GAMA é bem positiva, expressando a condição que a Região de Aveiro Comunidade Intermunicipal, consagrando os onze municípios associados, arrecadará o montante da quota de cada um, referente ao ano próximo de dois mil e nove. -----

Presidente da Assembleia: -----

Colocou à votação o documento, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

3. Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2009: -----

Presidente da Assembleia: -----

Passou de imediato a palavra ao Presidente do Executivo, que fez uma abordagem muito sumária. -----

Presidente do Conselho de Executivo: -----

“Disse que no Conselho Executivo foi tomada a decisão de melhorar a mensagem comunicacional da Associação de Municípios através da referência à Região de Aveiro, em detrimento de Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga, apesar de formalmente ser esta a designação. De facto, a sigla CIRA não identifica qualquer espaço regional, sendo incompreensível para pessoas de fora da Região de Aveiro. Solicitou a solidariedade e a adesão da Assembleia Intermunicipal à decisão do Conselho Executivo, para de futuro a referência ser à “nossa Região de Aveiro”. -----

Na abordagem ao Plano e Orçamento, disse ser um exercício difícil em função da informação disponível, mas que espera que em Março/Abril se possa reformular mediante uma revisão orçamental, já que em matéria de Fundos Comunitários será possível o processo de contratualização estar fechado. -----

A Região de Aveiro é a única Associação de Municípios do país em plenitude de funções, tendo sido criada no dia imediato à publicação dos Estatutos, dezasseis de Outubro, desencadeado o acto electivo no âmbito do Conselho Executivo, para eleição do presidente e dos vice-presidentes, Dr. José Eduardo Alves Valente de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja e o Dr. Gil Nadais Resende da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Agueda. O processo electivo nas Assembleias Municipais, foi igualmente célere e bem como a instalação da Assembleia Intermunicipal, o que permite hoje a abordagem dos documentos de gestão para o próximo ano. -----

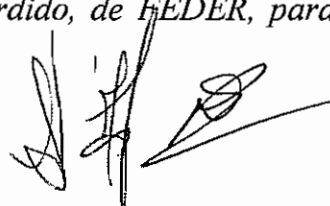
REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Disse estarmos em pleno porque temos pressa, pressa de fazer a cativação da nossa fatia nos Fundos Comunitários, de operacionalizarmos tudo isto e pôr tudo a andar, até porque achamos que estamos atrasados, o país está atrasado nomeadamente naquela que é a abordagem da matéria principal do ano dois mil e nove, que é, executar o Quadro de Referência Estratégica Nacional para o período, que já não é dois mil e sete dois mil e treze, é substantivamente o período de dois mil e nove, dois mil e treze. Outro documento que vos entregámos que é também uma adaptação que estamos a fazer à lei nova, também com uma série de pontos de interrogação, que é o mapa de pessoal. Como sabem, nós passamos a ter uma construção de plano e orçamento que deixa de ter duas peças, na prática são quatro, mas enfim, esquecemo-nos sempre do plano plurianual e do plano de actividades intermunicipal, condensamos tudo nas Grandes Opções do Plano, depois juntamos o Orçamento e pronto, dizemos que são duas peças e agora vamos ter de começar a construir com uma terceira peça formal, que é o Mapa de Pessoal. A nova lei determina o fim da lógica anterior dos quadros de pessoal, que eram alvo eles próprios de deliberação de Câmara e de Assembleia, quando se entendesse mexer-se-lhes. Agora não. O Mapa de Pessoal passa a ser uma peça do planeamento e portanto nós colocamos no Mapa de Pessoal, aquilo que é a existência de compromisso da Instituição e aquilo que é a perspectiva de investimento para o ano seguinte, e portanto, deixar isto claro, nós temos que colocar esta peça ao lado das outras duas, com os pontos de interrogação na montagem das equipas técnicas que vão gerir a contratualização e eventualmente, esperarmos ter sucesso em duas candidaturas que já vos vou referenciar, ficam já os nomes, as “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação” e “Os Grupos de Acção Costeira”, no âmbito do PROMAR. Há aqui um ponto de interrogação em relação há dimensão correcta e necessária das nossas equipas técnicas, obviamente ao nível dos recursos humanos, e portanto, deixar claro que queremos partir, sentimo-nos bem neste plano e orçamento, mas com a noção clara de que já no primeiro exercício poderemos estar a fazer algumas alterações, perspectivando-se que nestes três, quatro meses próximos, alguns desses pontos de interrogação que hoje existem, se vão substituindo por respostas absolutamente claras. -----

Ideias principais do Plano, deixando o mais importante que é obviamente ouvir-vos e responder às questões que bem entenderem sobre essa matéria, que tem a ver com estruturar a Associação de Municípios, lançá-la publicamente sem complexos. Nós somos uma região importante, com muitos agentes importantes, mas nós também queremos ser um parceiro e um agente importante nesta região e portanto vamos fazer em primeiro lugar com o acto de amanhã, enfim um acto público de apresentação das grandes ideias e da solução de compromisso com duas instituições, que para nós são muito importantes para esta caminhada. Desde logo a nossa Universidade e desde logo o Governo do país, que obviamente tem a importância que tem para a nossa vida, como não podia deixar de ser. -----

Depois a questão dos Fundos Comunitários, com três notas principais e mais duas acessórias. Primeira a nossa contratualização, o tal contrato que assinamos ontem, são sessenta e um milhões de euros de fundo perdido, de FEDER, para nos



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

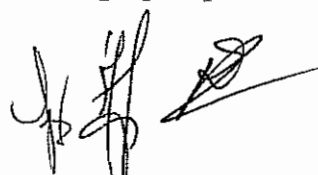
financiar um investimento previsional de cento e quatro milhões de euros, é um contrato que integra cinquenta e três projectos municipais e dez projectos intermunicipais. Dos dez contratos que foram assinados ontem na Região Centro, somos a primeira região do país a ser constituída, das doze correspondentes NUTS III da Região Centro. Somos a única que tem projectos de escala intermunicipal, todas as outras só têm projectos municipais. Nós temos cinquenta e três, mas temos mais dez projectos de dimensão intermunicipal, na área da capacitação institucional, na área da energia, na área da mobilidade, na área das novas tecnologias de informação e da comunicação, etc. Vamos construí-los, eles representam quinze por cento do nosso FEDER, estamos perto dos dez milhões de euros, dos sessenta e um que são para esses projectos de ambiência intermunicipal e entendemos isso como uma aposta muito importante em criar massa crítica política e não só, em áreas da vida de todos nós que entendemos importantes na nossa região, usando um instrumento capital como é evidente, quanto são os fundos comunitários. -----

Depois a candidatura que fizemos, eu nunca falarei de candidaturas com pormenor, é este princípio que nós acordámos. As candidaturas são para se falar delas quando estão aprovadas. As que estão pendentes ou as que chumbam, são para trabalharmos o lóbi para que passem de pendentes ou de chumbadas a aprovadas, é o raciocínio de gestão política que temos sobre esta matéria. As Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, é um projecto muito importante, que congrega os onze municípios da nossa associação, que integra a Universidade de Aveiro e um outro conjunto, cerca de mais treze instituições importantes da nossa região, quer na ambiência da administração pública, quer na ambiência do sector empresarial. -----

Depois o POLIS Litoral da Ria de Aveiro, representa noventa e sete milhões de euros de investimento, do qual cinquenta e sete milhões são FEDER, e as Câmaras Municipais, que serão parte desse processo, com quinze milhões de euros. -----

Depois o outro projecto e para terminar o trio dos aprovados e esse foi o primeiro, que é o projecto da Modernização Administrativa, que tem um investimento total de dois virgula três milhões de euros, com um investimento FEDER de um virgula cinco milhões de euros, e obviamente os zero virgula oito milhões de euros, que são a nossa contrapartida para a execução, que está em pleno desenvolvimento. Foi a nossa primeira candidatura aprovada e integra além dos onze municípios da associação, também o município de Mira, porque este projecto faz alguma continuidade aos projectos do Programa Aveiro Digital 2003-2006, que como era a AMRia a entidade beneficiária principal, tinha a Câmara Municipal de Mira integrada. -----

Depois há duas outras áreas que têm importância substantiva a este nível, mas que ainda não existem formalmente. Estamos a falar do “Cluster do Mar da Região Centro”. O Cluster do Mar é uma aposta muito importante de um conjunto de agentes ligados ao mar e nesses agentes estão as três associações de municípios costeiras, em relação às NUTS III, Baixo Vouga, Baixo Mondego e o Oeste. São as três comunidades principais em relação à pesca; a nossa zona de Aveiro, a zona da Figueira da Foz e a Zona de Peniche, são as três grandes zonas de mar e de pesca. Outra área é a do “Grupo de Acção Costeira”, que é um grupo que estamos a



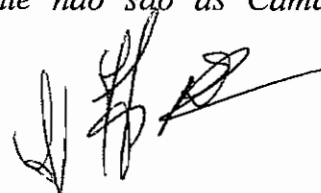
REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

constituir no âmbito do Programa Operacional das Pescas, e que é um projecto liderado pela nossa Associação de Municípios, a pretexto dos dois únicos municípios que são elegíveis ao programa, que é o município de Ílhavo e o município de Ovar, integrando cinco freguesias elegíveis de outros três municípios que conferem também continuidade ao grupo; o município da Murtoza, o município de Aveiro e o município de Vagos. Estamos a estruturar a candidatura, estando-se já na sua recta final de formatação, tendo que estar entregue até às dezassete horas do dia trinta e um de Dezembro, nesse caso e ao contrário das outras, em formato de papel, na Direcção Geral das Pescas, em Lisboa. Portanto está aqui o grupo dos projectos, aqueles que já temos fechados e aqueles que temos em cima da discussão ou pendentes de aprovação, como é o caso das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, ou em fase ainda de elaboração. Depois de amanhã, sexta-feira sairá a decisão do nosso Cluster do Mar da Região Centro, e já temos indicadores que a nossa candidatura será aprovada, embora com um conjunto de condicionantes que vão dar muito trabalho dado termos de fazer um esforço de concertação do Cluster do Mar da Região Centro com o Cluster do Mar da Região Norte, e digo isto hoje, porque não temos comunicação social na reunião, senão não o diria. Portanto, Modernização Administrativa, POLIS da Ria e Contratualização, estamos a falar até dois mil e treze de duzentos e três vírgula três milhões de euros de investimento total, cento e dezanove vírgula cinco milhões de euros de FEDER e cinquenta e oito vírgula oito milhões de euros de comparticipação nacional, assumida pelos municípios. -----

É a maior responsabilidade financeira assumida pelos municípios da nossa região em todos os quase vinte e cinco anos de gestão de fundos comunitários. É uma enorme responsabilidade que obviamente se transpõe para a ordem orçamental como não podia deixar de ser, ainda com um conjunto de pontos de interrogação. No POLIS da Ria, cá está no nosso orçamento um terço da realização do capital social, vamos dividir por três anos a nossa participação e daí a inscrição orçamental para dois mil e dez e dois mil e onze. Em relação ao contrato da contratualização que eu assinei ontem, há uma série de dúvidas nomeadamente sobre a validação daquele contrato em sede de cada uma das Câmaras Municipais, e de cada uma das Assembleias Municipais. Por exemplo, é minha opinião clara ao contrário do que dizem os juristas da CCDRCentro, que aquele contrato tem que ser aprovado ou ratificado, como quiserem, por esses quatro órgãos. É a minha opinião, os juristas da CCDRC discordam e portanto andamos para aí numa discussão pegada sobre o que se vai fazer ao acto que politicamente eu pratiquei ontem com o Sr. Presidente da CCDRC. Depois dessa questão esclarecida, vamos verificar como é que transpomos para a nossa ordem orçamental as responsabilidades que daí advierem, mas estamos na fase de fixar politicamente as questões e naquilo que são as transposições dessas decisões políticas para a ordem formal administrativa, com toda a tranquilidade do mundo, com as dúvidas esclarecidas, faremos essa integração sem qualquer dificuldade. -----

Última nota de relevo, às questões de natureza política. Como é evidente, nós temos trabalhado, vamos continuar a trabalhar e estar atentos às dinâmicas da região, vamos criar plataformas de diálogo com o tecido associativo, nós somos uma região felizmente muito rica a vários níveis e felizmente não são as Câmaras



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Municipais o motor principal. O motor principal é a nossa sociedade, as empresas, as associações, os cidadãos, eles são felizmente o motor principal desta região do país. Agora, é importante criar plataformas de diálogo com toda esta gente, com todas essas forças vivas, para podermos no fundo potenciar as capacidades, rentabilizar os recursos e juntos podermos puxar por isto, e olhem,ouve alguém há pouco, que falou do Distrito de Aveiro. Nós temos muito respeito pelo Distrito de Aveiro, mas para nós hoje é uma organização política irrelevante, que tem um Governador Civil, felizmente ou infelizmente isso não interessa, depende da opinião de cada um, que hoje faz pouco mais, do que acompanhar o Governo e temos deputados que cada vez nos representam menos, porque esta coisa do Distrito, cada vez nos diz menos. Depois ainda existe a Associação do Futebol que ainda é Distrital, há uma dos Bombeiros e mais nada. Nós hoje temos uma atitude política clara, a nossa realidade política é a NUT III do Baixo Vouga, é aí que estamos a apostar tudo. A nossa NUT II é a Região Centro e é aí que temos de fazer o nosso trabalho para ganharmos massa crítica política, para as discussões com os nossos parceiros de Coimbra, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Leiria. É aí que nós temos de concentrar atenções. Relações com os outros, é uma prioridade. Os nossos colegas de Entre Douro e Vouga, têm imensos interesses a partilhar connosco, imensos e interesses duplicados, por força deles estarem prestes a ser parte da Grande Área Metropolitana do Porto, e de uma relação de eixo, que para nós é capital, que é a relação Aveiro-Porto-Vigo. É um eixo capital para o nosso desenvolvimento, além do outro eixo que é Aveiro-Viseu-Guarda-Salamanca. São os nossos dois grandes eixos de relação com essa força, com a qual temos que nos relacionar, que é obviamente a Espanha. Portanto esta é a lógica, que temos e dossiês, como o Hospital Central de Aveiro, repito não existe, nós não estamos preocupados com o hospital se é o edificio novo se é o velho, nós queremos é um Hospital Central. Nós discordamos que Coimbra tenha dois hospitais centrais, e que Aveiro não disponha das valências deste tipo de equipamento.” -----

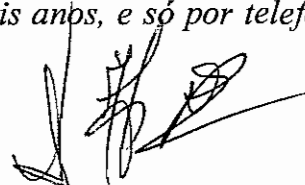
José Alberto: -----

”Disse congratular-se com a designação do nome Região de Aveiro. Chamou a atenção que a proposta de aumento das quotas representa um montante global de trezentos e trinta mil e qualquer coisa euros e na receita está inscrita a verba de quatrocentos e sessenta e oito mil oitocentos e trinta euros. Isto, são números e aos números não se foge, embora em nada perceba de contabilidade. -----

Em relação ao resto, eu ia também chamar a atenção dos quatro milhões e qualquer coisa que em relação aos números que tinham sido colocados me pareciam exíguos, os números que se falavam aqui, mas o Sr. Presidente já esclareceu a situação, estando perfeitamente esclarecida, sabendo que tem de ser feito um Orçamento rectificativo disto tudo, esperando que venha a ser e não há outra solução, para que se emende isto.” -----

Duarte Esmeraldo: -----

”Disse, que ao ouvir o Sr. Eng. Ribau Esteves, ficou quase assustado, porque estamos em pleno Quadro Comunitário, já se gastaram dois anos, e só por telefone e



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

com convite à última hora, com um improviso total, se chamam pessoas para assinar contratos de milhões de euros. -----

Diz também o Sr. Presidente que esta é a melhor região do país. Se o resto do país está assim, devemos ficar um bocado assustados, porque os problemas que se põem em relação a todos estes investimentos e aquilo que nós às vezes chamamos planos e projectos, numa linguagem que é confusa. Se é um projecto tem que ter uma análise custo/benefício imediata e portanto não se vão assinar coisas, em que não se sabe quanto é que se gasta e quanto é que se vai lucrar ou recuperar desses gastos. ---

Mas eu lembraria aqui também uma coisa, é que a Associação de Municípios da Ria, também não está totalmente isenta de improvisos, ao fim de vinte anos, estou muito contente, segundo dizem os jornais, pela gestão do POLIS da Ria ir parar a Lisboa, o que realmente nota que há um certo alívio nisto, mas seguindo um pouco a história disto, foi feito um Plano de Ordenamento da Ria de Aveiro, salvo erro, em que assisti num seminário em que foi discutido, e que esse plano era um plano de ordenamento do território, quando nessa altura já se sabia que a nível Europeu, e de acordo com a estratégia de Lisboa, os futuros fundos comunitários vinham apostar em novas direcções, não no ordenamento territorial, mas na sociedade do conhecimento, na promoção das melhorias ambientais e inclusivamente na chamada economia do conhecimento, ou seja, na formação dos portugueses e das portuguesas. Perante o chamado Plano de Ordenamento da Ria, que se chamava o PIORia, que era uma palavra um bocado estranha, depois chamado Unir@Ria, ficávamos a saber que as Câmaras Municipais cada uma por si, queria fazer uns jardimzinhos, arranjar uns esteiros estragados, etc. e que no fundo não tinha nada a ver com a tal estratégia de Lisboa, que tanto se falava. É claro que a AMRia foi ter com a Universidade de Aveiro e a mesma produziu um documento através da equipa do Prof. Rosa Pires, e que logo no historial eram-lhe dados dois meses para readaptarem o Plano às novas estratégias, isto em dois mil e seis salvo erro. É claro que dois meses para planear estrategicamente uma região, convenhamos que é um improviso também tremendo, portanto não havia aqui hipóteses, embora o documento em si, produzido pela Universidade de Aveiro, seja um documento que é valioso, que tem algum substrato e indica caminhos e estratégias absolutamente válidas, mas que põe em causa tudo resto que vinha de trás, portanto toda a planificação que se tinha feito anteriormente, dificilmente se encaixa numa nova estratégia. -----

O problema todo é que também a nível municipal e nos onze planos directores municipais, também não se teve em conta a estratégia de Lisboa, o QREN, e os novos planos directores municipais, a maior parte deles, não são planos de desenvolvimento estratégico, e dou um exemplo em relação às energias e ao ambiente, etc.. A AMRia chegou a ter uma agência de energia que encerrara não sei porquê. Penso que em boa hora a Câmara de Aveiro e de Águeda, já implantaram uma nova agência, porque se vamos falar em reordenamento ambiental da região, essas agências são fundamentais, e não se percebe porque foram extintas. -----

Perante o entusiasmo que vejo, no fundo assusta-me um bocado, ver como é que se vão investir ou gastar tantos milhões de euros, no fundo, quais são os critérios de prioridades nesses investimentos, em que critério se baseia a sua realização ou não

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

realização. É na sua rentabilidade própria? Portanto tudo isto num momento de crise profunda que vamos atravessar, é uma situação que no fundo nos devia deixar a reflectir e tenho pena que amanhã não possa estar na apresentação da Região de Aveiro, porque acho que é urgente e necessário começar, não sei se vamos a tempo, embora já tenhamos perdido dois anos e falta muito pouco para acabar, mas era necessário começarmos a ponderar seriamente se neste momento de crise profunda, alguns gastos se justificam.” -----

Augusto Leite: -----

”Disse que em relação ao plano/orçamento que nos é apresentado ficou sem a resposta em relação à posição de quem deve e quem não deve, dado que o Sr. Presidente, não esclareceu, ou não quer esclarecer, e muito bem. Continuemos, porque vamos ter que votar o orçamento e depois temos as decisões da deliberação. --

De qualquer das formas gostaria aqui de salientar, que na sequência daquilo que há pouco referiu, está aqui sem saber o que os autarcas da sua região, pensam para ela. Pela primeira vez, ouviu o Eng. Ribau Esteves aqui dizer, que era um hospital central Aveiro, etc., etc., disse aqui um certo numero de questões que também vêm aqui no documento, e eu como membro que já fui da Assembleia da GAMA, presidente da AMRia, e teve também os seus orçamentos, tive toda a evolução que foi feita e a obra feita, hoje começo a ver este tipo de intervenções, quase aqui como disse o Duarte Esmeraldo, como um conjunto de jardins e outra coisinhas que somadas não têm nada de integrado, não tem nada da ideia global que ele Duarte Esmeraldo, entenderia que seria bom para a região. -----

Eu também a ideia que tenho hoje e a única que eu tenho do único plano que tive conhecimento, que era o Unir@Ria, que me chegou à mão, de resto não tenho conhecimento de mais nada, vou ouvindo de cada vez uma coisa nova e não quero estar, foi por isso que há pouco disse, e quero saber se isto era a sério, que é assim. Eu não estou para estar aqui a saber as coisas pelo Presidente do Executivo, eu como membro desta Assembleia, quero decidi-las, quero tomar parte na discussão e aceitar a vontade da maioria, como é lógico. -----

E então, em relação ao orçamento, eu não posso, não estou habilitado, não é por má vontade, votar a favor deste orçamento, porque estou confiante que até a maioria irá votar a favor, mas porque na realidade, não sei, não conheço e nas minhas Assembleias Municipais, não me é distribuída a informação, talvez de propósito para não saber, pelo que eu acho que este órgão executivo, este órgão deliberativo deverá dar aos seus membros aquilo que julga que é necessário eles saberem e não estar à espera que os executivos municipais e as assembleias municipais de cada município transmitam aos seus membros. Portanto todos os dados e era o que eu queria pedir à mesa e ao presidente do executivo, todos os dados, eu estou a dizer isto e ouve aqui um falatório, mas isto é verdade, não vale a pena, não sei mesmo, as coisas que se passam, não conheço, portanto se não conheço tenho de o dizer, não quero por a culpa a ninguém, também é minha. Se quisesse também tinha pedido aqui à mesa desta assembleia os dados também, e estou convencido que aqui até mos davam, mas havemos de ver isso futuramente. De qualquer das formas, eu só

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

vos digo isto. Em termos de integrado, que era a dívida que eu tenho neste planeamento e gostaria de deixar esta dica para próximas discussões, a ideia que ficou é que havia uma pista de remo no Rio Novo do Príncipe e uma pista de remo em Águeda. Havia um Ecomuseu da Ria, na Murtosa e um Ecomuseu da Ria, em Aveiro e eu julgo que em termos regionais, nós, esta assembleia, a Região de Aveiro, terá de fazer opções para gastar o dinheiro, porque isto não é só dizer que existem milhões, ele tem de vir de algum lado e nós temos de o pagar, alguém o paga e é preciso que se façam opções claramente e os municípios sejam solidários uns com os outros, porque me dá a ideia que a questão da solidariedade regional, já não existe. -----

Eu tenho boas imagens e boas recordações de outros tempos, mas julgo que se devia fazer uma opção. A pista de remo para onde é que vai? Vai para Águeda? Pronto, vamos dar a Aveiro outra coisa importante, que já não terá Águeda e não terão os outros. O Ecomuseu da Ria vai para a Murtosa? Vai, porque é um município mais carente do que Aveiro; não se faz em Aveiro. É preciso fazer opções e ter um projecto verdadeiramente integrado e julgo que isto não é, e nesse sentido é que eu queria já reservar a minha posição quanto ao voto de aprovação deste orçamento que não vai ser favorável.” -----

Miguel Fernandes: -----

”Disse que no tocante ao ponto que estamos a tratar, queria deixar algumas breves considerações e não deixa de concordar com o Sr. Presidente e acha que todos aqui presentes, que o móbil que deve obviamente neste momento unir-nos, de facto, deve ser a activação desta comunidade ou Região de Aveiro, como pretendam. Obviamente não deixou de concordar com a feliz designação que foi escolhida, porque é essa que pode potenciar o valor e o património que todos estes municípios coligados representam em termos nacionais, sem dúvida. -----

Em todo o caso, pensa que há uma nota que nós todos temos consciência e essa, é que deve sobressaltar também hoje e ao votarmos este ponto, que é o lóbi que necessariamente esta região tem de traduzir para a influência e para a promoção na defesa dos interesses de todos os habitantes, de todos os municípios que integram precisamente a Região de Aveiro. -----

No tocante às grandes opções, os objectivos que estão delineados, não vou deixar de estar de acordo, ao que foi mencionado à pouco em alguns dossiês importantíssimos e pensa que neste curto mandato, que a Região de Aveiro tem pela frente, sem dúvida que, quer o hospital central, que hoje é questão decisiva atendendo à política ruínosa que este Governo tem feito em privar muitos cidadãos desta nossa comunidade, dos serviços básicos que em termos de saúde eles carecem, portanto isso deve ser obviamente um dos objectivos centrais e devemos promover acções públicas e esse lóbi tem de ser exercido, porque esta é uma tónica presente actual a qual nós não devemos deixar de dar atenção. -----

Outra questão, porque estamos a falar de problemas que interessam ao dia a dia das pessoas e vão-me permitir, isto pode parecer um tanto ou quanto demagógico, mas creio que a questão das portagens é decisiva. No eixo rodoviário como é a A17 e a A29, nós não devemos tolerar que mais uma vez se cometa uma injustiça,



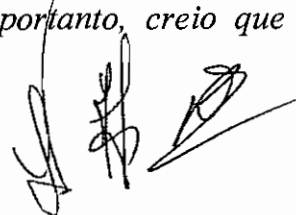
REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

penalizando do ponto de vista financeiro, empresas e cidadãos que diariamente se deslocam neste eixo rodoviário com a importância que ele tem do ponto de vista empresarial, mas também em termos laborais. A mobilidade hoje significa muito, para muitas das empresas e para muitos dos nossos cidadãos. E porque falamos também em mobilidade, estranho que nestas opções nestes objectivos, do ponto de vista dos transportes não se tenha abordado de uma forma muito mais incisiva a questão dos transportes nos nossos municípios. Porquê? Se pensarmos e vou dar três exemplos sem desprimor para os restantes municípios, permitam-me, Aveiro, Ílhavo e Águeda, e se pensarmos neste três grandes municípios com as suas respectivas zonas industriais e com as necessidades de muitas dessas pessoas que ali trabalham carecem, eu pergunto porque é que não se faz nenhuma abordagem a uma política integrada de transportes colectivos em termos intermunicipais? Eu sou apologista dessa política e entendo até mais e serei um pouco mais arrojado, em defender até uma empresa intermunicipal. Porque não? -----

Creio que as zonas industriais, as necessidades das populações destes três municípios e de outros que eventualmente possam e devam aderir, justificam que se planeie de uma forma muito mais abrangente a política de transportes, e eu creio que aqui, lanço este repto, com uma proposta que o Conselho Executivo poderia e poderá no futuro formular, de uma expressão intermunicipal dos transportes nestes municípios, atendendo às necessidades que hoje todos nós sabemos. O Governo central não dota obviamente os municípios das correspondentes verbas e eu penso que nós temos de encontrar mecanismos novos, novas formas de colmatar esta lacuna tão essencial efectivamente para os municípios. -----

Para finalizar, também gostaria de dar uma breve achega, penso que no próximo ponto poderei desenvolver ainda melhor, a questão do POLIS da Ria. Sr. Presidente vai-me permitir, da leitura que fiz atenta destes objectivos, creio que existe um fundamental, sem dúvida, que é a questão da gestão integrada. Permitir-me-á esta discussão mais acesa, fala-se aqui na continuação do processo de luta pela implementação do modelo de gestão integrada da Ria de Aveiro. Parece-me, mas vai-me permitir esta interpretação, que há aqui um claro afastamento ou pelo menos uma ideia de divergência em relação aquilo que o POLIS Ria vai significar. Eu continuo a discordar desde modelo que o Governo apresentou, creio que isto também resulta da propaganda que hoje nós sabemos que este Governo tem vindo a executar, mais eu creio que este processo de luta tem de continuar. Concordo consigo e o que nós devemos efectivamente defender é que essa gestão integrada aconteça no terreno e essa gestão acontecer no terreno, importa desde logo nós considerarmos as principais acções que a Ria merece e eu pergunto: o desassoreamento da Ria? Esse sim, a verdadeira operação para que a Ria de Aveiro seja valorizada, promovida e defendida, porquê? Porque aqui também se fala nas obras prioritárias do controle de volume de água, eu pergunto: como é que o Conselho Executivo pretende falar com a APA, porque esta neste momento tem obras importantíssimas para serem executadas na boca da barra, que alguns técnicos já vieram defender que não, não irão fazer qualquer tipo de estrago ou dano sobre o caudal normal da Ria e sobre as zonas dos terrenos do Baixo Vouga, que aqui também se falou, portanto, creio que é uma



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

questão importante e pergunto eu. Como é que isto se vai desenvolver? Já sabemos que existe aqui uma nova entidade, já existem projectos em marcha, dotação orçamental, muito bem, mas também neste curto mandato, eu penso que esta seria uma das operações decisivas da CIRA. Sem dúvida, a Ria o que precisa neste momento é do seu desassoreamento, nós sabemos todos disso, portanto são essas as considerações que deixo e outras que viram mais profícuas.” -----

José Carlos: -----

”Interveio dizendo que é novo neste tipo de organização. Penso que há aqui pessoas que já passaram por outras e fico um bocado desiludido, quando vejo o pessimismo com que encaram, digamos o futuro desta associação. -----

Penso que é uma pena, porque de facto as dificuldades das outras não têm obrigatoriamente que se repetir, aliás provavelmente serviram como experiência, para que esta associação possa efectivamente ter êxito. Por outro lado, espero que não haja aqui uma tentação, de confundir Região de Aveiro, com Aveiro, ou Aveiro e suas confrontações, porque senão começo a perceber, digamos as reticências do meu Presidente de Câmara, quando pôs alguma objecção ao pagamento de quotas. Isto é uma Comunidade Intermunicipal, chamada da Região de Aveiro, e espera-se efectivamente que não se limite a ser de Aveiro. -----

Quanto ao orçamento, porque como já alguém disse, para se andar é preciso que se caminhe, tenho aqui algumas notas, não vou obviamente escarpelizar o orçamento, vou apenas expressar a opinião que formulei ao ler, digamos este plano de acção que nos é proposto. Estamos sem dúvida nenhuma na presença de um plano, que aplicado tout court, é verdadeiramente ambicioso. Provavelmente pensamos nós, ele seria mais convincente se fosse diferido por dois ou três anos, mas como não conseguimos ainda digamos, não temos a experiência deste tipo de assembleias, como vão ser angariadas estas sinergias, como vão ser captadas as sinergias, que o plano vai precisar para funcionar e como também não sabemos como é que essas sinergias depois vão ser distribuídas, como também, enfim é o primeiro ano de actividade da associação, como não conhecemos ainda o dinamismo do Presidente desta associação, nós consideramos que o plano é hipoteticamente realizável. -----

Nós esperamos realmente que esta concretização dos objectivos, não nos desiluda, como normalmente acontece com os orçamentos municipais, em que realmente os orçamentos são muito redondos e depois as concretizações são realmente lamentáveis. Fazemos portanto, votos que as acções aqui propostas, resultem de facto nos benefícios reais para as populações que representamos e para todas aquelas que aqui estão representadas pelos membros desta assembleia e Presidente, se isso acontecer, pode sempre contar com o nosso apoio. Já que estamos em maré de votos, queria desejar a todos um Bom Natal.” -----

Mário Tarenta: -----

”Boa noite mais uma vez, peço desculpa pelo tropeção, se fosse espanhol os meus pais ficariam muito satisfeitos, porque os espanhóis não gostam de ver bons

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

princípios aos filhos e de facto comecei isto mal. Peço desculpa por isso, por este equívoco que gerei há pouco nesta assembleia. -----

Tenho algumas achegas de facto e é a minha contribuição para este documento, algumas achegas não tão eloquentes ou tão políticas, ou tão politizadas como algumas que me antecederam, não tenho essa capacidade, nem estou embrenhado no mundo da política, digamos como alguns de vós. Isso para referir que Aveiro de facto vive momentos históricos sobretudo derivado à constituição da CIRA, e eu continuo na CIRA, embora a Região de Aveiro, aceite que é mais emblemático e passe melhor para a opinião pública e para os cidadãos. Também devido à criação da POLIS a Ria de Aveiro e do seu pacote de investimentos de noventa e sete milhões de euros e tudo isto de facto permite concluir, agora retiro o Distrito, embora não devamos renegar o passado, porque senão perdemos o futuro, permite concluir que Aveiro está a ganhar peso e significado no contexto em que se insere. -----

Quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e nove, neste contexto, devem ser celebradas, devem ser um instrumento para consolidar esse peso da Região de Aveiro, e essa interligação com as regiões envolventes, e em termos gerais por isso, são de aplaudir, no entanto as nossas responsabilidades obrigam-nos ainda que modestamente ao exame crítico aqui e agora das mesmas. -----

No preâmbulo do documento, refere-se um exercício autárquico particularmente difícil, na componente financeira, mas queremos que não, não se fundamenta suficientemente, por quanto e por muito que isso custe, aos senhores Presidentes de Câmara, há que registar que as transferências para os municípios eram de dois virgula dois mil milhões de euros, em dois mil e quatro e agora irão ser de dois virgula cinco mil milhões de euros, ou seja mais trezentos milhões de euros. Tem alguma pertinência, considerar-se que o novo modelo de gestão do QREN, não tem de facto programas operacionais regionais, mas nem por isso, deve permitir um lamento de que tem uma menor aplicação nos Municípios, ate poderá considerar-se que poderá ter uma aplicação mais coordenada e coerente nos municípios, porque de mais fácil execução. -----

Depois também, não nos podemos esquecer que o QREN português, foi o primeiro de toda a União Europeia a ser aprovado e contrariamente à ideia que se pretende criar, parece-nos, entrou mais rapidamente em execução do que os quadros comunitários de apoio anteriores. Dizer que houve dois anos de atraso, é não reconhecer por exemplo, os concursos que existiram para os centros escolares e os pólos de competitividade, nomeadamente. -----

Passando à introdução das Grandes Opções do Plano, onde se refere que o QREN exige um esforço muito maior, que o que aconteceu no QCAIII, quando se sabe que o QREN foi negociado por um valor nunca imaginado pela maioria dos observadores, um valor de vinte e um virgula cinco milhões de euros e que as novas regras prevêm, que a comparticipação dos fundos comunitários posam atingir até oitenta por cento do investimento elegível e este também é o momento oportuno para dizer que Aveiro, a CIRA, substituo por a Região de Aveiro, têm de aproveitar os fundos comunitários e para tal há que ter um plano e um projecto claro e uma visão

REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

do território e da sociedade que queremos em dois mil e treze e fazer com que isso aconteça e que estas GOPs se concretizem. -----

Poder-se-ia acrescentar na página três das GOP's, a localização da Direcção Regional da Economia, em Aveiro, a nova entidade de Turismo do Centro, a importância da articulação do Porto de Aveiro com o integrado Porto da Figueira da Foz, a instalação do Tribunal Fiscal e do Comércio, etc.. -----

Em termos de orçamento, não há muito a dizer sobre os sete milhões seiscentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e nove euros previstos, até porque para objectivos amplos e ambiciosos, justificam-se meios financeiros adequados. A única surpresa dos números é que mais de cinquenta e oito por cento do orçamento, num total de quatro milhões e meio de euros, sejam para a constituição de activos financeiros, e que oitocentos e vinte e quatro mil euros, sejam para transferência para os municípios, assim o orçamento da CIRA, Região de Aveiro, é bom que tenhamos consciência, cinge-se a dois vírgula três milhões de euros o que não se pode dizer que seja muito, face às opções definidas, mas cada um também estica conforme pode. -----

Alguns pormenores, que também poderão ter algum relevo, na página seis. Não se percebe exactamente o que será. Quando se fala em identidade cultural e desportiva da região, não se percebe. Lá se irá perceber, poderá ser um sonho, poderá ter a ver com o regresso de D. Sebastião, eventualmente do Sr. Presidente da Federação Gilberto Madail. -----


Para terminar em termos de consideração final e sendo óbvio que não cabe à CIRA, em primeira instância a resolução do problema da actual crise financeira económica mundial, isto com alguma ironia, mas tendo em conta a conjuntura histórica em que vivemos e o reconhecimento dos próprios municípios de que podem e devem aliviar os cidadãos e as pequenas e médias empresas, os efeitos do crédito caro e do desemprego, porque mais próximo dos cidadãos, justificar-se-ia que o orçamento para o próximo ano, tivesse algumas medidas à altura destas difíceis circunstâncias. Naturalmente que a CIRA não é a Santa Casa da Misericórdia, mas uma linha política de apoio ao emprego e de apoio aos mais carenciados, parece-me oportuno." -----

Luís Almeida: -----

"Interveio, colocando desde logo uma questão: qual é o objectivo último desta associação? O Sr. Presidente poderá depois esclarecer, porque nesta associação me parece que o segredo é a alma do negócio e por isso faltam algumas ideias. -----

Eu sou apologista de menos obras e que se faça um aproveitamento dos vários equipamentos que cada concelho, cada município que faz parte desta associação já tem, para serem usados em candidaturas que esta associação se proponha, quer sejam desportivas, quer sejam sociais, ou outras. Portanto, eu penso que esta associação, um dos primeiros trabalhos que deveria desenvolver, seria o elencar dos vários equipamentos sociais, desportivos e outros, que os municípios que integram esta Comunidade dispõem, para se saber o que existe a mais ou a menos, fazendo um estudo comparativo relativamente aos outros municípios que nos rodeiam. -----

Depois, de facto teremos de apostar mais no ambiente, nas novas energias e em equipamentos sociais. -----



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

Outra coisa, que eu gostava que esta Comunidade fizesse, era um estudo que ajudasse a decidir os nossos cidadãos relativamente às novas energias, nomeadamente a fotovoltaica, fazendo estudos económicos e saber se isso é ou não aconselhável para as pessoas que habitam os nossos concelhos. Para esta Comunidade o objectivo último é servir ou não os seus habitantes e para além disso sabermos que temos uma linha diferenciadora desta região em relação a todas as outras.”

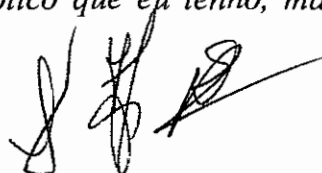
Silvério Regalado:

”Interveio dando duas notas descontraídas; a primeira para o meu conterrâneo de Vagos, para o Dr. Mário Tarenta, ou para o deputado Mário Tarenta, porque para quem não é político, fez uma intervenção bastante política, na minha opinião. A segunda em relação ao que disse o Sr. José Alberto porque em relação à idade, eu faço esse protesto, porque em relação à idade sou o mais novo.

A primeira intervenção que eu fiz aquando da primeira Assembleia da GAMA, prendeu-se com a questão da Ria, e é, digamos com alguma ou com bastante satisfação, mas também com alguma preocupação que eu encaro este modelo da POLIS da Ria. E esta desconfiança que eu tenho, prende-se com aquilo que nós temos vivido com a questão da Ria ao longo dos anos em que eu estou na política e não são muitos, mas sempre se falou da Ria, sempre se falou em cuidar da Ria, sempre se falou em aproveitar a Ria como um recurso turístico e como recurso ambiental bastante importante e muito pouco se tem feito em relação a isso.

Espero que o POLIS da Ria, seja a solução para alguns dos problemas que nós temos na Ria de Aveiro, e que daqui para a frente, deixemos em qualquer circunstância, nas nossas Assembleias Municipais, quer nas Assembleias da Região de Aveiro, deixemos de ter esta questão como uma preocupação e a passemos a ter como uma certeza, porque isso e que é a importância fundamental da Ria de Aveiro, é nós sabermos aproveitar a Ria de Aveiro, sabermos aproveitar em conjunto com entidades, como a Região do Turismo do Centro, sabermos dialogar com o Porto de Aveiro, que também é uma entidade importante e onde a interligação com a Região de Aveiro é por eminência importante.

Em relação a isto, era o ponto que eu queria focalizar e queria dar mais duas notas. A primeira tem a ver com a constituição desta nossa Região de Aveiro. A Região de Aveiro é constituída por onze municípios e eu espero muito sinceramente, isto não é uma queixa, nem é nenhum recado, é um aviso que eu acho que devemos ter em conta, porque somos mesmo onze, não somos um, dois, ou três, e depois mais sete, mais oito ou mais nove, somos onze e todos nós e aqui partilho algumas opiniões que já foram ditas anteriormente, todos nós devemos ter a noção de partilhar e de por vezes ter de abdicar de determinadas coisas para o nosso vizinho, para que todos possamos ter alguma coisa, e só se funcionarmos nessa lógica é que a Região de Aveiro irá funcionar como qualquer outra região, porque se funcionar-mos numa lógica invertida, onde uns têm tudo e outros não têm nada, então aí, então para isso não contem comigo e acho que contamos com muito poucos para esse tipo de situações. É importante saber partilhar, ter esse dom católico que eu tenho, mas é



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

importante sabermos partilhar aquilo que cada um de nós pode ter, porque se tivermos todos, estamos mais bem servidos; todos. -----

E aqui fazer, um salto para uma questão que já se falou aqui, que eu penso que é bastante importante e mais a mais na altura em que nos encontramos, onde as empresas e os particulares, estão a passar por dificuldades económicas bastante graves, é a questão das portagens. As portagens penso, é um problema transversal, a vários municípios e que nós temos de ser intransigentes, a Região de Aveiro, não pode mais uma vez, ter que ser o bode expiatório, digamos assim, de uma questão importante que é a questão das portagens. Porquê? Porque, se outras regiões reivindicam determinadas situações, como falta de alternativas, nós também temos todos esses problemas. Quer na A29, quer na A17, quer na A25; portanto, é muito importante que a Região de Aveiro se assuma também, como tal, como já se assumiu na questão do turismo, se assuma na questão das portagens, como uma defensora, se eventualmente for para todos, eu pessoalmente sou a favor da óptica do utilizador/pagador, agora não vamos pagar uns para todos, é importante que tenhamos esta lógica, em tudo o que fazemos na nossa vida. -----

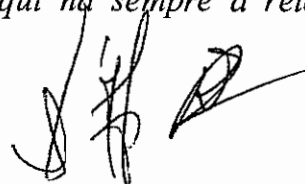
Presidente do Conselho de Executivo: -----

"Procurarei ser claro, conciso e objectivo, respondendo a todas as questões que foram colocadas. -----

Primeira questão; José Alberto Loureiro, claro e cristalino, esta fatia financeira não é de dois por cento, esta fatia financeira da Contratualização é de quinze por cento de trinta por cento, dos mil e setecentos milhões de euros. Portanto o PORegional tem mil e setecentos milhões, o Governo mandou reservar vinte e cinco por cento, que depois com as negociações esticou até quase aos trinta; não chega, são vinte e nove virgula três milhões e nós desse bolo, fomos buscar sessenta e um milhões, para nós, que são quinze por cento do PORegional. Fazendo várias contas, de área, de população, é uma quota justa, é objectivamente uma quota justa, correcta na relação de forças, de área, de nível de desenvolvimento e de população, das doze NUTs da nossa Região Centro. -----

Questão dois; o orçamento ainda há bocado respondi, está bem, está lá o valor da receita previsional das quotas e aquilo que nós prevemos que venham a ser quotas não pagas, da AMRia que vão transitar, vão entrar para esta rubrica. -----

Sr. Eng. Drummond; deixar claro que nós temos razões para termos níveis altos de cepticismo em relação a algumas matérias, claramente e na matéria Ria, temos quase todas as razões com excepção de uma, que foi o extraordinário e importantíssimo investimento, que hoje tem como titular a SIMRIA, que nasceu no Gabinete da Ria de Aveiro na Universidade de Aveiro, transpôs-se para a AMRia e hoje está na SIMRIA. Tirando essa excepção, tudo o resto são abandonos, omissões, asneiras e uma outra realidade importante que já vinha antes do próprio investimento da SIMRIA, que é o Porto de Aveiro, que é uma infraestrutura capital e muito importante, também com os seus impactos negativos - também o que é que o homem faz que não tem balanço, tudo se faz com balanço, dizem que no céu é que não se fazem balanços porque não há custo, não há defeito; aqui há sempre a relação

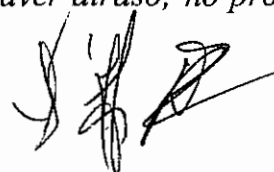


REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

custo/benefício. Portanto temos de gerir com balanço, receita/despesa e aqui é igual e nos ambientes, na gestão ambiental, também há sempre benefício e há passivo, não há volta a dar. -----

Agora dizer o seguinte a todos, muito em especial ao penúltimo colega, Sr. José Luís Almeida: eu também estou a aprender a lidar convosco, como é evidente, eu gosto da política feita com o máximo de informação. O pior inimigo que a política tem é a ignorância; a ignorância é uma coisa perigosíssima e chatíssima. Aquilo que hoje está neste plano, nasceu de três anos de trabalho, está escrito num instrumento chamado Plano Territorial de Desenvolvimento - PTD da Sub-Região do Baixo Vouga. Esse plano levou-nos três anos de trabalho, entre todos nós, as onze Câmaras Municipais com o parceiro institucional, a Universidade de Aveiro, com o qual, Dr. Mário Tarenta, executámos o PTD, que está publicado, no site ainda da AMRia; o PTD é um instrumento que serve de enquadramento a tudo aquilo que vamos fazer. Na área do desenvolvimento lá estão as opções todas, lá está a energia, lá está a mobilidade, lá estão os clusters em termos de desenvolvimento económico que nós escolhemos, está lá tudo; foram três anos de trabalho. E deixemo-nos de demagogias, que eu aqui nestas coisas do municipalismo, sou muito claro, especialmente no intermunicipalismo; a guerra partidária não se faz nesse patamar, eu não faço guerra partidária no patamar intermunicipal, ponto final. Sou do Partido Social Democrata, perguntem aí ao meus companheiros de partido, qual deles recebeu telefonemas meus, ou participou em reuniões preparatórias por causa desta reunião; seguramente que a resposta é zero, porque a dimensão da minha abordagem e dos meus dez colegas do Conselho Executivo da gestão deste patamar, não passa por cuidados de natureza partidária. Qual é a verdade? A verdade é que o país leva a execução do seu QREN atrasado dois anos, ponto final. De quem é a culpa? Olhem sinceramente a mim não me interessa, mas podemos falar da culpa. Que me interessa a mim, que sejamos um dos países dos vinte e sete, que leva o QREN mais à frente, quando para o desenvolvimento do meu país e da minha região, tinha sido importantíssimo, que aquilo que estamos a fazer hoje, tivéssemos feito há dois anos atrás, mas agora façam a discussão que quiserem, nós aqui não a queremos alimentar. A verdade é só uma, objectiva e factual, nós quantas vezes nas nossas reuniões, nas nossas discussões com a Universidade de Aveiro, dissemos. Vamos ter de andar mais devagar, os prazos que tivemos e que dilatámos, porque estávamos a andar depressa demais, porque ficávamos prontos para a contratualização e para outras coisas, quando nos foram dizendo que o QREN, ia estar disponível. Depois acabamos nós por usar o tempo, pois com certeza, para que é que havíamos de ter o PTD pronto um ano antes, se a partir de certa altura ficou claro que nada disto ia entrar em execução formal, antes de meados de dois mil e oito, e financeira, antes do primeiro trimestre de dois mil e nove. Porque aquilo que falou o Sr. Mário Tarenta, em relação aos projectos de parques escolares, estão aprovados, quatro grupos de projectos dos quatro primeiros concursos no PO da Região Centro. Não há transferência financeira em relação a nenhum e em relação aos pólos, o Sr. Doutor está adiantado, porque o próprio anúncio público do concurso do PO dos factores de competitividade, no que respeita aos pólos e aos clusters, vai acontecer e julgo que não vai haver atraso; no próximo



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

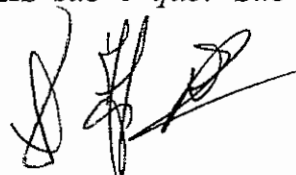
dia dezanove, precisamente sexta-feira próxima. Portanto fique tranquilo, que há objectivamente um atraso, na nossa região há um grande atraso, porque estávamos prontos, estávamos completamente prontos pelo menos há um ano, para trazermos aqui, aquilo que estamos a trazer hoje; mas, agora o importante é que chegamos a este ponto e temos de agir. A contratualização tem uma importância capital, dado o financiamento ser dedicado ao conjunto dos municípios da Região de Aveiro, que cabimentará os cinquenta e três projectos municipais, bem como os dez projectos a implementar em consórcio. Quase todos os projectos a candidatar têm trabalho para se fazer, nomeadamente ao nível da execução dos projectos, dos concursos públicos e trabalhos em obra. -----

O novo processo de fefização de quota que os três quadros comunitários tinham, e que este não tem, neste chama-se contratualização; agora a escolha que cada Câmara fez dos cinquenta e três projectos e a escolha que todos nós fizemos dos dez projectos, assenta na estratégia de desenvolvimento de cada município, e na estratégia de desenvolvimento da Região de Aveiro que está escrita e é pública, no Plano Territorial de Desenvolvimento. Isto é importante para todos sabermos que é assim, e sabermos que o que está aqui escrito não surgiu aqui de uma reunião do Conselho Executivo feita há duas semanas. Não, este plano materializa três anos de trabalho, de discussão, de documentos publicados, de negociações entre onze câmaras, com a nossa Universidade que teve aqui um papel muitíssimo importante e ele é um expoente é uma ponta do iceberg que tem por baixo da linha de água, um imenso trabalho. Eu compreendo e respeito que os membros da Assembleia Intermunicipal não conheçam ainda esses documentos, que tenham de se dedicar também a eles com atenção; com certeza, mas atenção ao benefício da dívida ao Conselho Executivo; nós conhecemo-nos como a palma da nossa mão. Esses documentos, trabalhámos imenso neles, e portanto vêm com todo esse enquadramento e não aparecem como um exercício que nos apeteceu fazer, para enfim, fazermos umas notas de imprensa e andarmos aqui parece que a enganar seja quem for. -----

É minha convicção, que há no POLIS da Ria, Sr. Engenheiro aspectos positivos, dado que quem liderou a escolha dos projectos, de quase todos com uma excepção, foram os municípios. -----

Sr. Dr. Miguel Fernandes; o projecto principal do POLIS da Ria, valor esse estimado - todos os projectos do POLIS da Ria estão em valor estimado, vale dezasseis milhões de euros, é o desassoreamento. Quem escolheu essa obra, foram os municípios desta associação; o Governo perguntou-nos qual era para nós a mais importante e prioritária das obras sobre a Ria, e nós respondemos claramente, depois de termos discutido a matéria, como não podia deixar de ser. Não sei se leram as dez páginas do texto do Plano de Valorização e Qualificação, dedicadas à Gestão da Ria. E o que é que lá está escrito? Sumariando, é que a estratégia que o Governo tem desenhada para virmos a ter uma gestão integrada, é uma gestão liderada daqui. ----

A estratégia do Governo é diferente da nossa. Nós queríamos uma sociedade anónima POLIS de plena condição, com total delegação de competências legais, à boa moda da primeira geração das sociedades POLIS. O Governo entendeu que desta vez não devia fazer assim, e as actuais sociedades POLIS são o quê? São meros



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

instrumentos de realização de projectos e de obras, não são instrumentos de execução de políticas de gestão integrada territorial; mas diz o mesmo texto do Governo com clareza e está escrito por uma pessoa que conhece da matéria, que é a Prof^ª. Dra. Teresa Fidélis, que é a Presidente da ARHCentro, que diz isto de forma muito simples; entende o Governo que há aqui um trabalho de experimentação para fazer. Experimentação de quê? De interacção institucional, que vai ser muito importante na sociedade anónima do POLIS e no seu Conselho de Administração que é composto pela ARHCentro, Região de Aveiro e Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Depois há um Conselho Consultivo, composto por toda gente, que tem a ver com a Ria e com a nossa área geográfica. -----

E aquilo em que eles assentam, é nesta lógica de que vamos tirar boa experiência dessa relação, e no final da execução do programa, vamos estar capacitados para ao abrigo da Lei da Água, acontecer um processo de transferência da competência de gestão e fiscalização para a Associação de Municípios. Nós achamos que isto devia ser feito de uma outra forma, está escrito, está claro, vamos continuar esta luta, mas nós não somos Governo, nós até achávamos os onze, que dávamos um Governo jeitoso, sinceramente, mas nós não somos Governo, e temos de respeitar; discutimos imenso, o nível de pressão foi altíssimo, agora temos de respeitar o Governo, e portanto dissemos sim ao POLIS, está escrito preto no branco, com clareza. Aqui um senão; achávamos e achamos, e vamos continuar a lutar por isso, que a gestão integrada da Ria devia chegar mais cedo, agora Sr. Engenheiro, liderança, tranquilo. Vamos liderar daqui, a equipa POLIS que vai fazer o trabalho, vem viver para aqui, não é a equipa que está em Lisboa, é uma equipa que vem para aqui, são oito técnicos que vão trabalhar em permanência e em exclusivo, para o POLIS e vão trabalhar aqui. Estamos até com um problema, porque a nossa sede emprestada pela Assembleia Distrital, não dá para tanta gente, e andamos aí a inventar como é que os vamos encaixar. -----

Procurando acelerar, o Unir@Ria, é a base de tudo isto. O Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro, é um instrumento base que é lei deste país, e que o Governo, as Câmaras e o POLIS da Ria tem de cumprir, porque é lei deste país; está publicado com todas as formalidades necessárias. Portanto dizia Vossa Excelência, vou-me embora sem ver isto funcionar; é minha convicção que o país e a região, precisa de Vossa Excelência e que cá estará quer como autarca ou na sua função mais importante que é como cidadão a acompanhar e a ver connosco e a olhar para a concretização objectiva de todas estas intenções. -----

Ao Eng. Augusto Leite, deixar-lhe claro, que daquilo que sejam as matérias desta associação, pergunte, disponha, trabalhe, estude, nada lhe faltará para que tenha a capacidade de construir a sua decisão. Não decida por desconhecimento, não vote a favor ou se abstenha, por não saber as coisas. Tem o meu telemóvel, eu dou-lho, sabe a Câmara onde eu trabalho a tempo inteiro, ainda por cima tenho aquela mania errada de trabalhar sete dias por semana, disponha e portanto estamos ao seu dispor quando não tiver a informação. Às vezes, no mundo em que vivemos isto não é fácil para vocês, não é fácil para nós. Às vezes quando nós damos muita informação, até parece que estamos a afogar-vos, para vocês não olharem para nada e chegarem



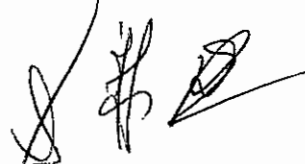
REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

aqui caladinhos e siga. Digam o que querem também, nós temos o máximo interesse, em que os Senhores Membros da Assembleia, saibam tudo, PTD, Unir@Ria, gestão financeira, tudo, o pior inimigo da gestão política, é a ignorância e portanto é assim que nós, vamos continuar a gerir esta operação. E em relação a solidariedade, Eng. Augusto Leite, dizer-lhe isto; eu também já sou um autarca velhote, já cá vão onze anos como Presidente de Câmara e quatro como Vereador, fui membro da primeira Assembleia Intermunicipal da AMRia, e devo-lhe dizer que se no passado havia solidariedade, hoje ela pratica-se objectivamente. Quando tivemos que discutir como é que se dividiam estes duzentos milhões de euros, esqueçamos o investimento total, os cento e vinte milhões de FEDER; alguma vez o senhor participou em discussões deste género? Nunca mas nunca. Nem de cento e vinte mil nem de doze milhões. Nós discutimos durante longas horas, durante dezenas de reuniões, e com critérios. Vamos usar o número de habitantes, vamos usar o FEF, vamos usar a área, com as várias matrizes? Quem é que ganha mais se for a área, ou se for a população? Foi uma discussão intensa e chegámos a acordo que é o mais importante. Chegámos a um acordo civilizado, sempre com aquela nota; nós caramba, se fosse pelo outro critério, tínhamos mais não sei o quê; todos nós temos esse sentimento. Agora é preciso ver que construimos solidariedade, num exercício de uma dimensão financeira enorme, porque os interesses de cada um de nós está salvaguardado bem a este nível, porque haveria outros níveis, como é evidente. Está bem salvaguardado o interesse de cada um dos nossos onze municípios associados, e também o interesse desta região, que estamos a construir também a partir deste instrumento. -----

A última nota ao Sr. Dr. Miguel Fernandes. É em relação à política integrada de transportes intermunicipais, um dos projectos intermunicipais da contratualização, é exactamente o estudo de mobilidade e a definição de soluções. É um projecto que vale trezentos mil euros, portanto está folgado em termos de dimensão financeira, para de uma vez por todas acabarem as conversas, estudarmos devidamente o dossiê e tomarmos decisões sobre o futuro. Todos nós temos impressões, mas é uma matéria complexa e foi essa a decisão; portanto está lá um projecto de mobilidade, com trezentos mil euros guardados de FEDER para se fazer esse trabalho e tirarmos conclusões. -----

Em relação a Anadia; nós gostamos imenso de Anadia, devemos dizer isto com clareza, agora há um problema que nos tem dado algum trabalho, mas devo dizer-lhe que é um trabalho que nós gostamos muito. De nós todos, dos onze, há um município que está um bocado mais fora deste jogo que é Anadia; todos os outros dez, têm vinte anos de vivência comum inter-associativa, Anadia não. Anadia entrou há um ano, está a aprender a lidar connosco e nós a lidar com Anadia; estamos a aprender a integração a vários níveis e portanto é perfeitamente natural, que haja algumas diferenças de perspectiva, de velocidade natural, mas devo dizer-vos, que esse processo de integração está a correr muito bem, e não é agora acharmos que a quota de meio euro ou um euro nos separou. Nós também achamos que Anadia podia estar e devia estar no POLIS da Ria; achamos isso, e até desenhámos a tática, mas quem manda pode e o Governo e a Câmara de Anadia entenderam que não, que não era essa a perspectiva mais avisada para Anadia. Resposta de todos os outros, muito bem,



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

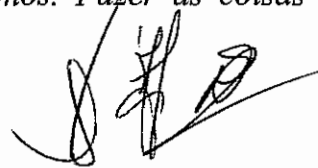
seja feita a vossa vontade. E seguimos o POLIS da Ria sem a Câmara de Anadia, mas obviamente com o seu apoio. -----

Uma nota última; este plano que diz que devia ser diferido por dois ou três anos, não, é um plano que além de formalmente já fixar compromissos financeiros para os dois anos seguintes, assume compromissos até final de dois mil e treze. E nós estamos todos a assumir esse risco e essa responsabilidade. Este plano assume compromissos até final de dois mil e treze, é um plano corajoso, os autarcas que nos vão suceder dirão algo sobre nós, se abusamos ou não, se exageramos, se fomos conservadores ou arrojados demais, mas nós entendemos que na leitura das nossas responsabilidades hoje, tínhamos que tomar estes compromissos. O contrato que assinei ontem, não é um contrato para o ano; o contrato que assinei ontem em nome de todos nós, é um contrato que nos vai levar até ao final de dois mil e treze, se correr tudo bem, porque há boa maneira da nossa gestão, eventualmente vamos ter que usar os dois anos de prolongamento que o QREN vai ter e vamos estar aqui a assinar compromissos não de cinco, mas de sete anos. -----

Sr. Dr. Mário Tarenta; enfim, algumas coisas já referenciei, mas em relação aos temas mais importantes devo dizer-lhe o seguinte: não estamos preocupados com a Direcção Regional de Economia – DRE ser em Aveiro ou em Coimbra, até porque hoje a Direcção Regional de Economia para a vida dos cidadãos não serve para nada. Para a vida dos empresários muito pouco e para tratar da burocracia, esperamos usar os méritos do simplex, para que os empresários desta região não se tenham de deslocar a Coimbra para tratar destas matérias, e os de Coimbra quando a DRE passar para Aveiro, não se tenham de deslocar até nós. Mas de forma simplex, que cada um do seu sítio, do seu posto de trabalho, possa usar as pouquíssimas competências que cada vez mais a Direcção Regional de Economia do Centro tem. ----

Dar-lhe notícia do que já é público; a Entidade Regional do Turismo do Centro de Portugal, tem sede em Aveiro, já cá trabalha, um de nós, eu próprio, é membro da Direcção; a sede é naquele edifício onde dantes funcionava a Região da Rota da Luz, a que Vagos também pertencia. -----

No que respeita ao Porto de Aveiro, nós temos de usar bem os nossos parceiros, as nossas conquistas. Foi muito importante a decisão do Governo de entregar o Porto da Figueira da Foz ao Porto de Aveiro; entregar, estou aqui a aligeirar o português, como é evidente. Foi muito bom e é uma conquista política com grande relevância, mas nessa como noutras, não devemos andar de bandeira a fazer de conta que já conquistamos o Porto da Figueira, para nós, ou que já roubamos a sede do Turismo do Centro para cá. Não, o crescimento é político, é de conquista, mas sem alimentarmos coisas que são de reacção primária, que não interessam para nada. Olhe Cantanhede! Houve três municípios que não aderiram à Região de Turismo do Centro. Cantanhede já aderiu, alguém fez barulho? Uma coisa inédita, em que uma Câmara vota contra a adesão e a Assembleia Municipal corrige a decisão da Câmara e vota a favor. Já aderiu. A Figueira da Foz vai aderir a seguir e Coimbra vai ser a última, mas vai aderir também. Alguém fez barulho? Viram-nos a fazer notícia de jornal, para chatear seja quem for? Não é assim que fortalecemos politicamente a Região de Aveiro, nem a Região Centro a que pertencemos. Fazer as coisas com



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

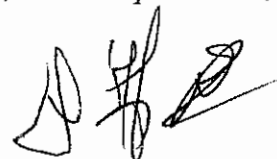
categoria, com nível de eficiência, sem estarmos aqui com dramatismos em relação às questões da comunicação. -----

Em relação à Angola, Rússia e Venezuela, nós não quisemos ser exaustivos. As relações internacionais da nossa associação de municípios são ou vão ser com o mundo inteiro e portanto nós referenciamos alguns países. Não quer dizer que os que não referenciamos deixemos de fora, e Angola, Rússia e Venezuela, são três países importantes por motivos vários; esqueceu-se em relação à Rússia, chamo-lhe a atenção, nunca se esqueça, que a Rússia hoje é o nosso terceiro maior fornecedor de bacalhau e portanto, nunca nós nos esqueceríamos da Rússia. Em relação às suas contas, elas estão apresentadas de forma descontextualizada; os activos financeiros de cinquenta e oito por cento, têm a ver com a realização de capital da sociedade anónima POLIS, as transferências para os municípios, não querem dizer que nós vamos dar dinheiro aos municípios do nosso orçamento, quer dizer que temos transferências financeiras no âmbito da gestão de fundos comunitários para fazer. Por exemplo, no projecto de Modernização Administrativa, os fundos comunitários entram para nós e depois há o processo de transferência para os Municípios, e portanto é essa circulação financeira que é feita e tem de estar devidamente preparada e acautelada no nosso documento orçamental. -----

Os dois vírgula três milhões que referenciou, feita a conta à sua moda, à luz de hoje e da análise comparativa com o nosso passado, é muito dinheiro. Não se esqueçam que este contrato que assinamos agora, o POLIS da Ria, tem trabalho de projecto, trabalho de concurso para fazer. Há dias na nossa reunião do Conselho Executivo dizia aos meus colegas; tenho imensa pena que o que estamos a fazer agora, especialmente para aqueles colegas que vão deixar de ser Presidentes de Câmara na próxima eleição, porque de facto trabalhamos tanto e isto é tão importante para o futuro da nossa região. Isto estava quando partimos para este mandato, de tal forma metido na nossa convicção de que isto era para fazer dentro deste mandato, que é um acto, digamos politicamente e moralmente injusto para aqueles que vão deixar de ser nomeadamente gestores executivos na próxima eleição, que não sejam parte deste trabalho, porque de facto, está feita a conquista formal, mas a conquista e a concretização material, essa tem que ultrapassar várias barreiras. -----

Quanto à identidade cultural e desportiva, nós temo-la, claramente. É evidente que temos de pegar nalgumas bandeiras, melhor, eu não quero que o Beira-Mar ande na rua da amargura, é preciso que o Beira-Mar, suba de divisão, ganhe os jogos e que seja uma bandeira nossa. Agora, o Teatro Aveirense, o Cine Teatro de Estarreja, o Centro Cultural de Ílhavo, tantas e tantas instituições ligadas à manutenção das nossas tradições e da nossa cultura, no âmbito das filarmónicas, no âmbito dos ranchos folclóricos, conferem a tal identidade cultural, essa seguramente bem mais notória que a desportiva. Mas em relação à desportiva, obviamente também temos trabalho para fazer, temos é que recuperar o Beira-Mar e todas as ajudas são poucas.

Em relação às medidas contra a crise, deixar claro, que cada um tem de cumprir o seu papel, e as competências dos municípios em Portugal no que respeita ao apoio social, são infelizmente para o país e para os portugueses muito poucas, ponto um. Ponto dois, naquilo que respeita ao emprego, está aqui claro, e a



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

materialização destes duzentos milhões de euros de investimento, são um contributo muito importante para a criação e a manutenção de emprego na nossa região. -----

Temos que fazer mais, temos sim senhora. Está aqui um bom contributo, não há a menor dúvida, vamos ser capazes de o executar, aí ficam os autos de fé de cada um, a minha fé e dos dez colegas que me acompanham no Conselho Executivo, é que vamos ser capazes de executar esta tarefa. -----

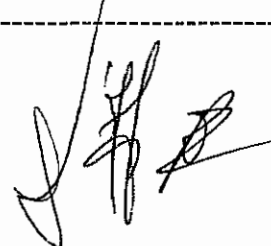
A última nota, é que nós acabamos com a Agência Regional de Energia, porque a nossa Agência Regional de Energia, não tinha pés nem cabeça. Servia para empregar uma pessoa, não tinha sentido, ninguém lhe ligava nenhuma a não ser um funcionário, para o qual ela serviu, porque lhe pagavam e ainda por cima exageradamente bem. Está escrito no capítulo da energia, do documento, que uma das nossas apostas é essa e mais aquilo que vamos ganhar nos projectos, nomeadamente na eficiência energética e na eficiência hídrica, que queremos levar para aplicação na vida dos cidadãos; está lá escrito, preto no branco, No mesmo parágrafo está lá escrito também que queremos estruturar a nossa associação de municípios, para ter capacidade técnica para trabalhar a área de energia. Aquelas coisas das Agências à moda antiga, como tentou criar Aveiro e Águeda, isso acabou, morreu, porque a União Europeia decidiu que já não há dinheiro para isso, e nós sabemos isso muito bem. Nós vivemos também a geração última dos apoios financeiros para as Agências Regionais. Aquilo que é muito importante é a Associação de Municípios capacitar-se tecnicamente. Nós decidimos que a energia é muito importante, daí estar claro, além do desenvolvimento dos projectos para os quais alguns deles já têm o dinheiro cativo, e termos um parceiro que é capital, que é a nossa Universidade. Está claro, preto no branco, que nos queremos capacitar tecnicamente. Resposta sumária, qual vai ser a nossa Agência Regional de Energia? Chama-se Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga. -----

Caros colegas; obviamente que se fosse para tratar com pormenor todas as vossas questões, teria de ajudar a provocar que o jantar fosse mais ceia do que aquilo que vai ser, mas julgo que genericamente as questões principais estão anotadas, mas gostava de dizer isto com clareza. Temos o máximo interesse em constituirmos convosco uma equipa forte, uma equipa coesa e uma equipa que verdadeiramente trabalhe em prol na nossa região. E isso é possível fazer, independentemente de gostarmos muito ou pouco do Governo, de acharmos que a oposição é boa ou má, ou que o nosso Presidente de Câmara é um grande Presidente e tem de continuar, ou não é exactamente tão grande e tem de ser substituído. Independentemente da nossa opinião sobre cada uma dessas realidades, há um contributo objectivo de cada um de nós para o crescimento da nossa região. -----

Aprovar este documento hoje, é um contributo para que assim seja.” -----

Presidente da Assembleia: -----

Colocou à votação o documento, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra do Sr. Augusto Leite e uma abstenção do Sr. Duarte Esmeraldó. -----



REGIÃO DE AVEIRO

Comunidade Intermunicipal – Baixo Vouga

4. Deliberação da adesão da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga à sociedade anónima "Polis Litoral – Ria de Aveiro": -----

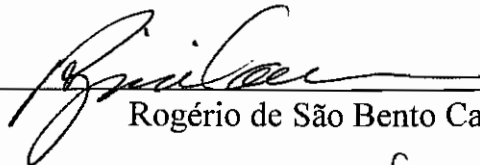
Presidente do Conselho Executivo: -----

Face ao já explicitado nada acrescentou a este ponto. -----

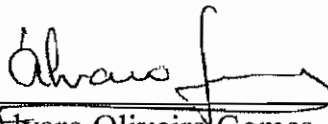
Presidente da Assembleia: -----

Colocou à votação o documento, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

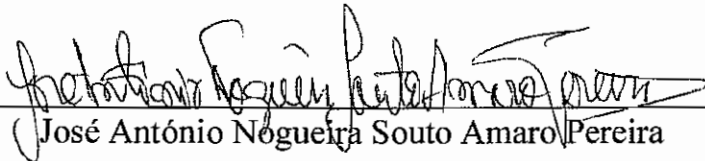
Questionou os presentes, se queriam colocar alguma questão ou dúvida, não havendo quaisquer intervenções e sem mais assuntos, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente acta, assinada pelos membros da Mesa. -----



Rogério de São Bento Camões



Alvaro Oliveira Gomes



José António Nogueira Souto Amaro Pereira